

KIZZY JANAINA HERNÁNDEZ LOURENÇO

**AÇÕES EM SUSTENTABILIDADE EM BANCOS PÚBLICOS E EM UM
BANCO PRIVADO E PERSPECTIVAS PARA OS BANCOS ESTADUAIS.**

CURITIBA

2012

KIZZY JANAINA HERNÁNDEZ LOURENÇO

**AÇÕES EM SUSTENTABILIDADE EM BANCOS PÚBLICOS E EM UM
BANCO PRIVADO E PERSPECTIVAS PARA OS BANCOS ESTADUAIS.**

Trabalho apresentado para obtenção do título de MBA em Mudanças Climáticas, Projetos Sustentáveis e Mercado de Carbono no curso de Pós-Graduação em Mudanças Climáticas, Projetos Sustentáveis e Mercado de Carbono do departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Garzel Leodoro da Silva

CURITIBA

2012

RESUMO

O engajamento das instituições financeiras com o conceito de sustentabilidade e de responsabilidade social evoluiu desde os anos 90. A inserção da sustentabilidade nas instituições financeiras passa por um processo complexo, já que é através de suas ações indiretas que são causados os maiores impactos sobre a sociedade e o meio ambiente. No presente trabalho foi realizado um levantamento sobre as práticas sustentáveis de dois dos principais bancos do país e de cinco bancos estaduais. Ainda, foi calculado o grau de sustentabilidade de cada uma dessas instituições. Dos dezessete quesitos identificados e avaliados, chegou-se à conclusão de que os dois principais bancos do país possuem um elevado grau de sustentabilidade, já que consolidaram em seu modelo de negócios as práticas sustentáveis. Já os bancos estaduais demonstram que possuem um grau de sustentabilidade inferior aos dos principais bancos do país, mas que o seu engajamento com essas práticas é crescente, já que buscam atuar de forma responsável, adequando suas práticas aos conceitos de sustentabilidade e de responsabilidade social, no entanto, ainda precisam adotar algumas medidas para melhorar o seu grau de sustentabilidade, permitindo maior valor agregado às suas ações, e, melhoria de sua imagem institucional.

SUMÁRIO

	Pg.
1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVOS	2
2.1. Objetivo Geral	2
2.2. Objetivos Específicos	2
3. JUSTIFICATIVA	3
4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	4
4.1. O Desenvolvimento Sustentável	4
4.2. Responsabilidade Social Corporativa	5
4.3. Responsabilidade Social Corporativa nas Instituições Financeiras	9
4.4. Legislação Brasileira e Responsabilidade Social Corporativa	12
4.5. Iniciativas de Sustentabilidade Corporativa	14
4.5.1. Princípios do Equador	15
4.5.2. Declaração de Collevocchio	16
4.5.3. Principles for Responsible Investment (PRI)	17
4.5.4. Pacto Global	18
4.5.5. Protocolo Verde	19
4.5.6. <i>International Organization for Standardization (ISO)</i>	20
4.5.7. <i>Social Accountability (SA8000)</i>	21
4.5.8. <i>Accountability (AA 1000)</i>	22
4.5.9. <i>Global Report Initiative (GRI)</i>	22
4.5.10. <i>Dow Jones Sustainability Index (DJSI)</i>	22
4.5.11. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)	23
4.5.12. Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial	24
4.5.13. Índice de Carbono Eficiente (ICO2)	24
4.5.14. <i>Carbon Disclosure Project (CDP)</i>	25
4.6. Banco Sustentável	25
4.7. Relatórios de Sustentabilidade	26
4.8. Bancos Estaduais	27

	Pg.
5. MATERIAIS E MÉTODOS	29
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
6.1. Sustentabilidade nos Principais Bancos do País e nos Bancos Estaduais	34
6.1.1. Histórico e Composição Acionária	34
6.1.2. Estrutura Física e Regiões de Atuação	35
6.1.3. Estrutura Funcional	36
6.1.4. Áreas de Atuação	37
6.1.5. Missão	38
6.1.6. Indicadores de Sustentabilidade Econômica	40
6.1.6.1. Demonstrações Contábeis e Financeiras	40
6.1.6.2. Índices Econômicos e Financeiros	41
6.1.6.3. Rating Corporativo	43
6.1.6.4. Carteiras de Crédito Comercial e de Desenvolvimento	44
6.1.7. Indicadores de Sustentabilidade Sociais e Ambientais	45
6.1.7.1. Estratégia Corporativa Sustentável	45
6.1.7.2. Estrutura Organizacional Sustentável	47
6.1.7.3. Políticas Sustentáveis	49
6.1.7.4. Transparência	50
6.1.7.5. Produtos Sustentáveis	51
6.1.7.6. Práticas de Sustentabilidade	58
6.1.7.7. Indicadores de Sustentabilidade	60
6.1.7.8. Reconhecimentos Nacionais e Internacionais	63
6.2. Grau de Sustentabilidade dos Bancos	65
6.3. Perspectivas para os Bancos Estaduais	70
7. CONCLUSÕES	72
8. REFERÊNCIAS	74
9. APÊNDICE	80

LISTA DE TABELAS

	Pg.
TABELA 1. NOTAS E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE	30
TABELA 2. PESOS DE SUSTENTABILIDADE	31
TABELA 3. RANKING DO GRAU DE SUSTENTABILIDADE	32
TABELA 4. HISTÓRICO E COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA NO ANO DE 2011	35
TABELA 5. ESTRUTURA FÍSICA EM 2011	36
TABELA 6. ESTRUTURA FUNCIONAL EM 2011	37
TABELA 7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS EM 2011 (R\$ EM MILHÕES)	41
TABELA 8. ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS EM 2011	42
TABELA 9. RATINGS CORPORATIVOS EM 2011	44
TABELA 10. SALDO DAS CARTEIRAS COMERCIAL E DE DESENVOLVIMENTO EM 2011 (R\$ EM MILHÕES)	45
TABELA 11. PRODUTOS SUSTENTÁVEIS EM 2011	54
TABELA 12. PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS POR OBJETIVO EM 2011	58
TABELA 13. PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM 2011	58
TABELA 14. GRAU DE SUSTENTABILIDADE DE CADA INSTITUIÇÃO	66
TABELA 15. GRAU DE SUSTENTABILIDADE	66

LISTA DE QUADROS

		Pg.
QUADRO 1.	ÁREAS DE ATUAÇÃO EM 2011	38
QUADRO 2.	MISSÃO EM 2011	39
QUADRO 3.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL SUSTENTÁVEL EM 2011	47
QUADRO 4.	PRODUTOS SUSTENTÁVEIS BANCO DO BRASIL EM 2011	54
QUADRO 5.	PRODUTOS SUSTENTÁVEIS ITAÚ EM 2011	55
QUADRO 6.	PRODUTOS SUSTENTÁVEIS BRB EM 2011	55
QUADRO 7.	PRODUTOS SUSTENTÁVEIS BANRISUL EM 2011	56
QUADRO 8.	PRODUTOS SUSTENTÁVEIS BANESE EM 2011	56
QUADRO 9.	PRODUTOS SUSTENTÁVEIS BANESTES EM 2011	56
QUADRO 10.	PRODUTOS SUSTENTÁVEIS BANPARÁ EM 2011	57
QUADRO 11.	INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE BB E ITAÚ EM 2011	61
QUADRO 12.	INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE BANCOS ESTADUAIS EM 2011	62
QUADRO 13.	PRINCIPAIS RECONHECIMENTOS SUSTENTÁVEIS EM 2011	64

LISTA DE APÊNDICES

	Pg.
APÊNDICE I. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE BB E ITAÚ EM 2011	80
APÊNDICE II. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE BANRISUL, BRB E BANESE EM 2011	84
APÊNDICE III. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE BANESTES E BANPARÁ EM 2011	87

1. INTRODUÇÃO

Os bancos tornaram-se um dos grandes pilares da economia do país, onde mesmo em períodos turbulentos mantiveram-se sólidos e lucrativos. Os resultados obtidos pelos maiores bancos revelam uma situação de baixa vulnerabilidade ao cenário externo, receitas, ativos e patrimônio em alta, além dos crescentes lucros, sendo, portanto, um dos mais importantes agentes de desenvolvimento econômico do país (DIEESE, 2012).

O grande crescimento econômico experimentado pelos bancos do país na última década foi seguido por um processo de transformação do modelo de negócios, que, da ótica baseada na exclusiva maximização dos lucros, passou a exigir adequação aos conceitos de sustentabilidade, exigindo assim maior compromisso com a sociedade e o meio ambiente.

Os principais bancos do país passaram progressivamente a inserir a sustentabilidade na essência dos seus negócios e no seu planejamento estratégico, permeando todas as práticas da instituição e as suas decisões.

O compromisso dos bancos com as suas práticas sustentáveis, tornou-se uma missão em contínuo processo de construção, com a incorporação de novos e inovadores desafios, consolidação e aprofundamento das ações.

Dentre os bancos que funcionam no país, cinco deles são bancos estaduais de pequeno e médio porte, remanescentes das privatizações ocorridas durante a década de 90, sendo os seus acionistas majoritários o Governo do Estado, atuando como bancos múltiplos e, por estarem em um setor altamente competitivo precisam também estar alinhados às práticas sustentáveis praticadas pelos principais bancos do país (públicos e privados).

No presente trabalho, se pretende comparar o nível de comprometimento com a sustentabilidade de dois dos principais bancos do país, sendo um público e outro privado, com a dos bancos públicos estaduais, destacando as perspectivas para que esses bancos alcancem um maior grau de sustentabilidade.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Calcular o grau de sustentabilidade dos bancos estaduais do país. Identificar se esses bancos podem ser considerados como bancos sustentáveis ao compará-los com duas das principais instituições financeiras do país e, quais as perspectivas para que alcancem níveis mais elevados de sustentabilidade.

2.2. Objetivos Específicos

- a) Mapear as ações corporativas em sustentabilidade dos dois principais bancos do país, Banco do Brasil e Itaú, com base nos seus Relatórios de Sustentabilidade de 2011;
- b) Mapear as ações corporativas em sustentabilidade dos cinco bancos estaduais remanescentes com base nos seus Relatórios da Administração de 2011;
- c) Comparar as ações sustentáveis adotadas por esses bancos;
- d) Calcular o grau de sustentabilidade de cada banco;
- e) Sugerir ações e medidas para que os bancos estaduais alcancem níveis mais elevados de sustentabilidade.

3. JUSTIFICATIVA

Os bancos estaduais se encontram entre as principais instituições financeiras em seus respectivos estados e no país e, mesmo sendo bancos de pequeno a médio porte, tem figurado nos últimos anos dentre as principais instituições financeiras do país e da América Latina.

Apesar dos princípios do desenvolvimento sustentável estarem inseridos na missão desses bancos, o presente trabalho pretende identificar se esses princípios estão realmente inseridos no seu modelo de negócios, se o banco adota práticas sustentáveis a nível social e ambiental, se o seu planejamento também é estruturado sob a ótica da sustentabilidade.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1. O Desenvolvimento Sustentável

As discussões sobre os impactos que o homem causa ao meio ambiente surgiram no século XVII, a partir de questionamentos sobre o desperdício no uso de recursos naturais, embora nessa época existisse grande valorização dos avanços científicos e tecnológicos da época. Baseado neste momento surge o grande paradigma do progresso humano: a sustentabilidade (STRUMINSKI, 2006).

As diferentes visões sobre sustentabilidade que surgiram desde o século XVII começaram a se confrontar a nível mundial na primeira conferência sobre problemas ambientais que ocorreu em Nova Iorque em 1949. No entanto, este debate foi definitivamente introduzido no fim da década de 60 e princípio de 70, como consequência de diversos informes científicos publicados nesse período¹. Foi em 1972 na Conferência sobre o Meio Humano da ONU, realizada em Estocolmo na Suécia, que surgiram diferentes formas de entender a questão do desenvolvimento (STRUMINSKI, 2006).

A conferência estabeleceu um marco, já que a declaração final contém os princípios que representam um manifesto ambiental, ao abordar a necessidade de *“inspirar e guiar os povos do mundo para a preservação e a melhoria do ambiente humano”*, estabelecendo as bases para a agenda ambiental do sistema das Nações Unidas (ONU, 2012).

Já o conceito de desenvolvimento sustentável, grandemente disseminado hoje em dia, surgiu em 1987 com a publicação do informe *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), também conhecido como Relatório Brundtland, que foi elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (MIRANDA et al, 2011), que diz: *“O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender as suas próprias necessidades”* (WCED, 1987).

¹ Dentre eles: "Os limites do crescimento" de 1972 de Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jorgen Randers e William W. Behrens III, que modelou as consequências do crescimento rápido da população mundial considerando os recursos naturais limitados.

Segundo Miranda et al (2011) as citadas conferências objetivavam definir medidas que permitissem instituir na sociedade o desenvolvimento considerado sustentável. No entanto, as ideias e soluções propostas indicavam que para ter qualidade de vida e preservação ambiental seria necessário também reduzir o crescimento econômico.

Ainda segundo Cavalcanti (2012) não é possível equilibrar o crescimento econômico ilimitado com a manutenção e conservação do meio ambiente, já que crescimento implica em menos meio ambiente, apesar de que o autor entende que pode haver sim um desenvolvimento ambientalmente sustentável, ao afirmar que desenvolvimento significa melhoria qualitativa ou florescimento de potencialidades, enquanto crescimento significa aumento, expansão, deterioração dos recursos naturais.

Por outro lado, para Neves, Kleinmayer e Tocach (2007) as premissas do conceito de desenvolvimento sustentável introduzem a ideia de compatibilidade entre todas as dimensões do desenvolvimento, sendo possível associar o crescimento econômico atrelado às demais dimensões (ambiental, cultural, espacial, político e social).

O conceito de desenvolvimento sustentável tem evoluído constantemente nas últimas décadas, permitindo inclusive o surgimento de novos conceitos em diversas esferas, por isso, a seguir, serão apresentados alguns dos principais conceitos que surgiram a partir do tema de desenvolvimento sustentável.

4.2. Responsabilidade Social Corporativa

A responsabilidade social corporativa surgiu a partir da influência que o conceito de desenvolvimento sustentável passou a exercer sobre o ambiente empresarial, que teve que se adequar às novas práticas de mercado, necessitando preocupar-se não somente com a rentabilidade dos seus negócios, mas também com os interesses de seus diversos públicos (*stakeholders*²), adotando posturas social e ambientalmente responsáveis, éticas.

² Clientes funcionários, colaboradores, fornecedores, parceiros, concorrentes, governo, comunidade e órgãos reguladores.

O *World Business Council of Sustainable Development* – WQBCSD³ desenvolveu o seguinte conceito para responsabilidade social:

“É o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando simultaneamente a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo”.

Basseto (2010) introduziu também um conceito para responsabilidade social:

“pode ser definida como o compromisso que uma organização assume perante a sociedade por meio de atos e atitudes que a afetam positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativa e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela”.

A adesão de uma empresa às práticas de responsabilidade social é induzida não somente pela sua natureza competitiva, mas também pelas pressões da sociedade, do governo e de entidades não governamentais que igualmente influenciam para a adoção dessas práticas pelas empresas (BARBIERI et al, 2010).

Ao se comprometer com a sustentabilidade, a empresa deve mudar de forma progressiva a sua atuação visando auferir aumento de rentabilidade em paralelo com a preservação do meio ambiente e comprometimento com projetos sociais (BARBIERI et al, 2010).

Sob todas essas óticas, as ações de responsabilidade social são consideradas como um diferencial no mercado, pois podem trazer para a empresa várias vantagens competitivas, entre elas: a) ao atrair melhores investidores e empregados, b) atrair oportunidades de negócios novos e inovadores, c) possibilitar a geração de receitas e maior rentabilidade, d) contribuir para a durabilidade dos negócios, e) contribuir com o bem estar do seu corpo funcional e da sociedade, f) promover o desenvolvimento social, g) colaborar com a conservação do meio ambiente, h) gerar retornos de imagem

³ Em português: Conselho Empresarial Mundial de Desenvolvimento Sustentável.

institucional, de reputação, de relacionamento, de fidelização de seus consumidores, i) aumentar a produtividade dos funcionários, j) valorizar os seus produtos perante os consumidores, e k) desenvolver valores e práticas com efeitos positivos sobre seus *stakeholders* (BUENO et al, 2002; MENDONÇA, 2002; ZAMBON e RICCO, 2010).

Segundo Savitz e Weber (2007) as empresas devem avaliar o sucesso não só com base no desempenho econômico e financeiro, mas também sob o ponto de vista de seu impacto sobre a economia, sobre o meio ambiente e sobre a sociedade em que atua. Na mesma linha de pensamento, para Araujo (2006) as ações corporativas devem trazer benefícios para a sociedade, propiciar a realização profissional dos empregados, promover benefícios para os parceiros e para o meio ambiente e retorno para os investidores.

Ou seja, o novo modelo de gestão empresarial, deve estar totalmente fundamentado no tripé do desenvolvimento sustentável: viabilidade econômica, consciência ambiental e responsabilidade social, e, esses princípios devem relacionar-se entre si e estar totalmente integrados à estratégia de negócios (BASSETO, 2010).

O envolvimento da administração da empresa é o primeiro passo na adoção da responsabilidade social corporativa, que deverá incorporá-la em sua missão, em sua cultura, na mentalidade de seus colaboradores, incentivando a sua conscientização e envolvimento, o que levará, finalmente, ao envolvimento dos seus clientes e a sua disseminação por toda a sociedade. Isso significa que o senso de responsabilidade social deve ser desenvolvido internamente antes de ser praticado ao exterior da empresa (BUENO et al, 2002).

A sustentabilidade deve estar inserida na essência dos negócios da empresa, no seu planejamento estratégico, nas suas estratégias de longo prazo, deve estar conectada com o seu dia a dia, permeando todas as práticas e processos deliberativos (ZAMBON e RICCO, 2010) (BOUMA, JEUCKEN e KLINKERS, 2001).

Quando as práticas são voltadas para dentro da empresa é chamado de responsabilidade social interna já que afetam em primeiro lugar seus próprios colaboradores. E, quando as práticas se estendem para o ambiente externo é chamado de responsabilidade social externa já que

atingem a relação da empresa com os seus *stakeholders* e o meio ambiente (FÉLIX, 2002).

Portanto, uma empresa não poderá ser considerada sustentável de fato, se não modificar as suas práticas dentro e fora da instituição, gerando um verdadeiro efeito multiplicador em toda a sociedade (ZAMBON e RICCO, 2010).

As empresas consideradas como socialmente responsáveis devem demonstrar a sua preocupação com o desenvolvimento social sustentável, por meio de programas consistentes, que tenham continuidade, que apresentem resultados tangíveis, gerando e disseminando conhecimento e promovendo o crescimento tanto da organização quanto de seus *stakeholders* (BUENO et al, 2002).

A adoção de práticas sustentáveis e de responsabilidade social não deve ser confundida com a prática de ações sociais, não é filantropia pura. Ações paternalistas e pontuais como doações a entidades carentes ou apoio a campanhas esporádicas e sazonais não são suficientes para suprir as demandas sociais. A novidade está na evolução da concepção de ação altruística para a noção de filantropia como estratégia corporativa, envolvendo atitudes, ações e relações com um grupo maior de *stakeholders* (MENDONÇA, 2002) (BUENO et al, 2002) (OLIVEIRA, 2008).

As empresas têm responsabilidades que vão além da geração de riquezas para seus acionistas, investidores e administradores, tem responsabilidades com o desenvolvimento social. Sua contribuição ao bem público não é apenas gerar empregos e pagar impostos, deve se comprometer com a sociedade, com ações duradoras que levem em conta o bem estar da comunidade na qual está inserida (TOLDO, 2002).

Segundo Paiva (2010) estudos indicam que existe uma relação direta entre a adoção de práticas avançadas de sustentabilidade corporativa e um melhor retorno e desempenho financeiro da empresa. Estas práticas acabam influenciando os investimentos de longo prazo, que são direcionados a empresas com padrões de excelência em governança ambiental e responsabilidade social, pois são essas empresas que estarão mais bem preparadas para os diversos cenários futuros adversos do ponto de vista de

sustentabilidade, e, portanto, mais aptas, em princípio, a alcançar um desempenho financeiro superior.

Para Bouma, Jeucken e Klinkers, (2001) o mercado da sustentabilidade cresce rapidamente, as questões ambientais e a sustentabilidade corporativa tem se tornado cada vez mais significativas entre um número crescente de organizações, no entanto, segundo Zambon e Ricco (2010) a adoção deste tipo de práticas em algumas empresas ainda é incipiente, em virtude dos altos investimentos demandados, em alguns casos, ou, principalmente, pela cultura organizacional que ainda resiste às mudanças.

4.3. Responsabilidade Social Corporativa nas Instituições Financeiras

O engajamento das instituições financeiras com as questões ligadas à sustentabilidade evoluiu desde os anos 90, principalmente em decorrência das pressões das organizações sociais e ambientais, que perceberam a posição estratégica do setor financeiro, para atingir os agentes diretamente responsáveis pelos impactos, os clientes corporativos (MATTAROZZI e TRUNKL, 2008).

Paiva (2010) afirma que a inserção do desenvolvimento sustentável nas instituições financeiras é mais complexa do que para as empresas em geral, já que além de olharem para dentro, avaliando os impactos socioambientais de suas ações (riscos diretos), ainda precisam, adicionalmente, olhar para fora, para seus clientes e para os impactos socioambientais de suas operações de financiamento a projetos (riscos indiretos). Como as instituições financeiras atuam em diversos setores da economia, são obrigadas a ter uma visão ampla de riscos e impactos socioambientais e de como esses riscos podem afetar os seus próprios negócios.

A atividade bancária causa impactos diretos sobre o meio ambiente, embora em menores proporções, já que são usuárias de recursos naturais e geradores de resíduos. No entanto, é na sua ação indireta que se observa o maior impacto sobre o meio ambiente, já que todos os parceiros comerciais dos bancos, de qualquer atividade econômica, provocam impactos sobre o meio ambiente, bem como, a concessão de empréstimos e financiamentos a

projetos, também podem causar algum tipo de impacto ou dano ambiental (DIAS e MACHADO, 2012).

Tosini (2005) afirma que o setor bancário por ser um dos mais importantes agentes de desenvolvimento da economia cada vez mais vem tomando consciência de que poderá ser responsabilizado judicialmente, como poluidor indireto ou responsável solidário, caso danos sejam gerados por suas operações de crédito.

Do ponto de vista ambiental, o direito define princípios fundamentais que podem ser aplicados neste preâmbulo. O princípio da precaução é o guia principal das políticas ambientais, já que busca afastar, evitar a ocorrência dos riscos e danos ambientais. Entretanto, a efetivação desse princípio pressupõe a aplicação do princípio do poluidor-pagador, já que os danos ambientais verificados devem, necessariamente, ter seus autores identificados, a fim de responsabilizá-los pelos seus atos (COLOMBO, 2012). Portanto, com base nestes princípios e nos dispositivos legais vigentes, pode-se concluir que as instituições financeiras podem ser corresponsabilizadas pelos danos ambientais provocados pelos seus clientes, sendo imputados aos bancos e a seus administradores a sua responsabilidade civil ou criminal por esses danos (DIAS e MACHADO, 2012).

Do ponto de vista social, a instituição financeira também pode ser responsabilizada caso conceda financiamento a empresas ou setores que registram a ocorrência de graves violações às leis trabalhistas, como: uso de mão de obra infantil, trabalho forçado, etc.

Portanto, quando o banco concede um financiamento, o banco é corresponsável pela aplicação dos recursos, como estratégia o banco deve incentivar a adoção de práticas sustentáveis pelas empresas em troca do financiamento, a qual deverá demonstrar os impactos positivos que gerará à sociedade e ao meio ambiente. O banco ainda deve realizar uma avaliação criteriosa do risco (cliente, operação, mercado) buscando identificar possíveis impactos negativos do financiamento.

Segundo Banktrack (2012) determinadas instituições financeiras desempenham um papel não responsável ao emprestar recursos a empresas sem ética que violam a legislação trabalhista e que causam impactos ambientais, graças à avidez por conceder crédito e obter benefícios derivados

de seus serviços. Em algumas oportunidades essas instituições tem injustamente se favorecido às custas das comunidades e do meio ambiente.

As instituições financeiras devem desempenhar um papel positivo no avanço da sustentabilidade, aceitando compromissos com as melhores práticas de responsabilidade socioambiental, ao promover a recuperação e a proteção do meio ambiente e, a proteção dos direitos humanos universais e a justiça social. Esses compromissos devem ser inerentes aos produtos e serviços financeiros que as instituições financeiras oferecem e a maneira como conduzem seus negócios (Banktrack, 2012).

Segundo Tosini (2005) a *Environmental Bankers Association* identifica seis maneiras de como as instituições financeiras bancárias se relacionam com questões ambientais: gerenciamento de riscos ambientais, financiamento de infraestrutura ambiental, práticas internas de responsabilidade socioambiental, práticas de responsabilidade comunitária, estratégias de marketing, e, financiamento de produtos sustentáveis. A entidade ainda afirma que uma boa política ambiental para as instituições financeiras envolveria uma combinação apropriada de todos esses elementos, embora a maioria dos bancos ainda esteja focada apenas no gerenciamento de risco.

Segundo Paiva (2010) as instituições financeiras adotam tradicionalmente no gerenciamento de risco avaliações que focam no retorno econômico e financeiro de uma operação de financiamento. No entanto, o novo enfoque do gerenciamento de risco deve prever também uma avaliação dos riscos socioambientais, aonde devem ser avaliadas as variáveis que influenciam no risco social e ambiental do financiamento de forma objetiva, consistente e estruturada.

O processo de gestão de riscos corporativos é fundamental para que as empresas se protejam contra as incertezas e variabilidades do seu ambiente de negócios, visando garantir a sua perpetuidade, o seu crescimento e a geração de valor aos acionistas, colaboradores, clientes, parceiros de negócios e sociedade em geral, permite também identificar medidas de prevenção e mitigação para os eventos críticos esperados e inesperados (TERRA FORUM, 2012).

Existe uma crescente pressão de investidores, acionistas, fornecedores e clientes em geral no sentido de tornar as instituições financeiras efetivamente comprometidas com o desenvolvimento sustentável (MATTAROZZI e TRUNKL, 2007). Bem como, nos últimos anos inúmeras leis e regulamentos surgiram a nível nacional e internacional, visando regulamentar a ação das instituições financeiras com relação à responsabilidade socioambiental de suas atividades.

4.4. Legislação Brasileira e Responsabilidade Social Corporativa

A inclusão das práticas de responsabilidade socioambiental na visão estratégica dos negócios é essencial para que as empresas se consolidem e permaneçam no mercado. A Constituição Brasileira garante os direitos básicos ao bem estar da sociedade e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, e, desde a década de 80 foram editadas diversas regras normatizadoras das práticas corporativas sob o enfoque social e ambiental.

Em 1981 foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) através da Lei nº 6.938 com o objetivo de preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental propícia à vida, assegurando no país as condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

A referida Lei no seu art. 3º inciso IV define como poluidor a pessoa física ou jurídica responsável direta ou indiretamente por atividade causadora de degradação ambiental, enquadrando-se aqui as instituições financeiras que indiretamente, com a concessão de crédito e implantação de determinado projeto, causam impactos ao meio ambiente.

No art. 12 diz que as instituições financeiras deverão condicionar a aprovação dos projetos ao cumprimento da legislação ambiental. Bem como, o objeto do financiamento deverá controlar a degradação ambiental e melhorar a qualidade do meio ambiente.

E, no art. 14 define penalidades quando do não cumprimento das medidas necessárias à preservação do meio ambiente ou correção dos danos causados ao mesmo.

A Lei nº 9.605 de 12/02/1998, chamada de Lei de Crimes Ambientais, dispõe sobre as sanções quando da ocorrência de atividades lesivas ao meio ambiente. Prevê nos seus artigos 2º, 3º e 4º que as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

A Lei nº 12.187 de 29/12/2009 que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) busca alcançar o desenvolvimento sustentável aliado ao crescimento econômico, à erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e a redução dos impactos ao meio ambiente, com participação de todos os entes da federação (governo, setor produtivo e sociedade civil).

A referida política indica em seu art. 8º como um dos instrumentos para a sua aplicação que as instituições financeiras disponibilizarão linhas de crédito e financiamento específicas para desenvolver ações e atividades que atendam aos objetivos da Lei, voltadas para induzir a conduta dos agentes privados à observância e execução da política, no âmbito de suas ações em responsabilidade social.

Pode-se concluir que as instituições financeiras também serão consideradas responsáveis pelos danos causados à natureza, quando da concessão de financiamento, podendo inclusive sofrer penalidades pelas suas ações.

O Banco Central do Brasil que tem dentre as suas atribuições fiscalizar e autorizar o funcionamento das instituições financeiras estabeleceu, através de Resoluções regras que os bancos devem seguir para gerenciamento de seus riscos, inclusive, define que na análise o banco deverá considerar todos os riscos a que aquela operação estará sujeita.

O Banco Central do Brasil publicou recentemente, através de edital em 13/06/2012, a Audiência Pública nº 41 que divulga duas minutas de atos normativos que dispõem sobre a implementação obrigatória de uma política de responsabilidade socioambiental por parte das instituições financeiras, bem como, sobre a elaboração e divulgação de relatório de responsabilidade socioambiental.

O edital ficará aberto até 11/09/2012 e os interessados poderão enviar comentários e sugestões. As propostas têm como objetivo aperfeiçoar a regulamentação e promover maior eficiência do Sistema Financeiro Nacional por meio do desenvolvimento sustentável (BACEN, 2012).

Dessa forma, se pode concluir dentre as principais normas apresentadas, pode ser observado que o país busca regulamentar a atuação das empresas junto à sociedade e ao meio ambiente, seguindo os preceitos do conceito de desenvolvimento sustentável, inclusive cobrando ações sustentáveis das demais esferas do governo, das empresas e da sociedade civil.

4.5. Iniciativas de Sustentabilidade Corporativa

Para medir a sustentabilidade de uma empresa foram desenvolvidos diversos métodos, indicadores, normas e *standards*, que buscam avaliar medidas da dimensão ambiental, do desempenho econômico e do bem estar social. Bem como, existem diversos pactos, princípios, padrões e compromissos editados visando desenvolver a sustentabilidade corporativa.

Segundo Veiga (2010) a avaliação de sustentabilidade requer um pequeno conjunto bem escolhido de indicadores, e, os aspectos ambientais da sustentabilidade exigem acompanhamento específico por indicadores físicos.

Não há apenas um modelo padronizado de avaliação de estratégias para a sustentabilidade, portanto, as demonstrações contábeis são um dos parâmetros a serem considerados para avaliação da sustentabilidade de uma empresa (BASSETO, 2010).

Portanto, uma empresa além de publicar anualmente seus balanços e relatórios sociais e ambientais (relatórios de sustentabilidade), pode buscar obter maior destaque através das certificações, selos e *standards* internacionais, bem como, o processo de participação já contribui para o aprimoramento da gestão da sustentabilidade nas empresas.

Cada indicador estabelece uma abordagem diferenciada sobre a questão da sustentabilidade, enfocando todas as dimensões (social, ambiental e econômico), e, possui forças e limitações diferenciadas que permitem definir que há uma complementaridade entre eles, não havendo desvantagem em

utilização de diversos indicadores para medir a sustentabilidade de uma organização (FONSECA et al, 2007).

Os indicadores de sustentabilidade permitem medir o progresso da sustentabilidade relacionando a economia, o meio ambiente e a sociedade, tais indicadores auxiliam na tomada de decisões corporativas e setoriais.

Dentre as principais iniciativas utilizadas pelas instituições financeiras para demonstrar o seu envolvimento com a responsabilidade social corporativa e com a governança climática, destacam-se as seguintes: **Princípios:** Princípios do Equador; Declaração de Colivecchio; *Principles for Responsible Investment* (PRI); Pacto Global; Protocolo Verde; **Normas e Standards:** *International Organization for Standardization* (ISO); *Social Accountability* (SA8000); *Accountability* (AA1000); *Global Report Initiative* (GRI) **Índices de Sustentabilidade:** *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI); Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE); Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial; Índice de Carbono Eficiente; *Carbon Disclosure Project* (CDP).

A seguir insere-se um resumo sobre as principais iniciativas de sustentabilidade ligadas direta ou indiretamente para atrair um maior engajamento do setor bancário.

4.5.1. Princípios do Equador

O *International Finance Corporation* – IFC em conjunto com dez grandes bancos mundiais lançaram os Princípios do Equador em 2003 que são um conjunto de procedimentos baseados em critérios socioambientais utilizados na avaliação e concessão de financiamento a projetos, com o objetivo de evitar que os projetos financiados trouxessem prejuízos ao meio ambiente e/ou fossem socialmente irresponsáveis (MATTAROZZI e TRUNKL, 2007, 2008).

Cada instituição financeira que aderir de forma voluntária deverá reavaliar as suas políticas, procedimentos e normas de análise de risco de crédito do ponto de vista socioambiental para a concessão de financiamento a projetos com valores superiores a US\$ 10 milhões (IFC, 2012).

Os princípios são adotados atualmente por 77 instituições financeiras no mundo, das quais quatro são brasileiras.

Os dez princípios são (IFC, 2012):

- a) Categorizar o projeto de acordo com o potencial de risco socioambiental que podem provocar;
- b) Realizar uma avaliação socioambiental, identificando os impactos negativos que o projeto gerará ao meio ambiente e à sociedade e propondo medidas de mitigação e de gestão;
- c) Avaliar o projeto com base nos padrões de desempenho da IFC e as diretrizes de meio ambiente, saúde e segurança, incluindo o cumprimento de leis, regulamentos e permissões ambientais e sociais do país;
- d) Elaborar um plano de ação (plano de gestão socioambiental) para tratar dos riscos identificados na avaliação socioambiental;
- e) Submeter o projeto para apreciação da comunidade afetada;
- f) Estabelecer mecanismos de interação entre as partes envolvidas no projeto durante toda a fase de desenvolvimento e operacionalização do projeto;
- g) Aprovação do plano de ação e da avaliação socioambiental por auditoria externa independente;
- h) Assunção de compromisso pelo cliente de cumprimento de todas as leis e regulamentos no âmbito ambiental e social, de envio de relatórios periódicos, de cumprimento do plano de ação, dentre outras;
- i) Indicação de especialista socioambiental independente para fornecer serviços de monitoramento e elaboração de relatórios;
- j) Publicação de informações ao público sobre as experiências na implementação dos Princípios do Equador.

4.5.2. Declaração de Collevocchio

Segundo Banktrack (2012) a Declaração de Collevocchio apresentada em 2003 no Fórum Econômico Mundial pelas entidades filiadas à ONG BANKTRACK, convoca as instituições financeiras a aceitar seis

compromissos e a adotar compromissos com impactos socioambientais, responsabilidade, transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Em 2006 o BANKTRACK lançou o documento “*O Que Fazer e o Que Não Fazer em um Banco Sustentável*” que orienta sobre as práticas socioambientais para as instituições financeiras, permitindo com que os bancos se tornem mais sustentáveis.

Os seis compromissos lançados pelo BANKTRACK para atingir a sustentabilidade no setor financeiro são:

- a) Compromisso com a sustentabilidade;
- b) Compromisso de não provocar danos sociais e ambientais associados aos seus negócios;
- c) Compromisso com a responsabilidade causada pelos impactos ambientais e sociais decorrentes de seus negócios;
- d) Compromisso com a prestação de contas às partes interessadas;
- e) Compromisso com a transparência, através da divulgação ampla, regular e padronizada das informações;
- f) Compromisso com a sustentabilidade dos mercados e da governança.

4.5.3. Principles for Responsible Investment (PRI)

Os princípios de responsabilidade social e de governança corporativa nos investimentos foram desenvolvidos por um grupo formado pelos vinte maiores investidores institucionais do mundo em parceria com as Nações Unidas, a fim de refletir sobre a importância crescente das questões ambientais, sociais e de governança corporativa nos investimentos (UNPRI, 2012).

As questões ambientais, sociais e de governança corporativa podem afetar o desempenho dos portfólios de investimento, por isso devem ser consideradas pelos seus investidores. Os princípios permitem que os investidores incorporem voluntariamente essas questões nas suas tomadas de decisão alinhando seus objetivos com a sociedade em geral (UNPRI, 2012).

As empresas signatárias do PRI se comprometem a adotar e implementar os princípios de forma alinhada com suas atividades e responsabilidades, atualmente o PRI possui 1.087 signatários, dentre eles 60 do Brasil, dentre os quais se destacam as quatro maiores instituições financeiras do país Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander, que prestam serviços especializados na gestão de fundos e carteiras de investimento e ainda possuem um amplo portfólio de fundos com diferentes perfis de investimento.

Os seis princípios são (UNPRI, 2012):

- a) Incluir nas análises de investimento e nos processos de tomada de decisão as questões relacionadas ao meio ambiente, desenvolvimento social e governança corporativa;
- b) Ser proprietário ativo e incorporar nas políticas e práticas de detenção de ativos os temas como meio ambiente, desenvolvimento social e governança corporativa;
- c) Buscar a transparência adequada nas empresas em que serão realizados investimentos observando as questões relacionadas ao meio ambiente, desenvolvimento social e governança corporativa;
- d) Promover a aceitação e a implementação dos princípios no conjunto de investidores institucionais;
- e) Trabalhar juntos para reforçar a eficiência na implementação dos princípios; e,
- f) Divulgar as atividades e progressos em relação à implementação dos princípios.

4.5.4. Pacto Global

É uma iniciativa desenvolvida pela ONU com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, refletidos em dez princípios (PACTO GLOBAL, 2012).

É uma iniciativa voluntária que procura fornecer diretrizes para promoção do crescimento sustentável e da cidadania, adotado atualmente por

mais de 10.401 empresas no mundo todo, sendo 465 brasileiras, das quais nove são instituições financeiras. Os dez princípios são (PACTO GLOBAL, 2012; UN GLOBAL COMPACT, 2012):

- a) Apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente;
- b) Assegurar-se de sua não participação em violação desses direitos;
- c) Apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
- d) Eliminar todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;
- e) Apoiar a abolição efetiva do trabalho infantil;
- f) Eliminar a discriminação no emprego;
- g) Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
- h) Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental;
- i) Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis;
- j) Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

4.5.5. Protocolo Verde

O protocolo foi inicialmente lançado pelo Brasil em 1995 é direcionado a instituições financeiras governamentais e tem como finalidade promover a variável ambiental como critério para concessão de crédito e benefícios fiscais por parte dos bancos, órgãos e autarquias do governo federal, marcando uma das primeiras iniciativas do setor financeiro brasileiro com vistas à incorporação da sustentabilidade aos negócios (MATTAROZZI e TRUNKL, 2008).

O Protocolo Verde foi assinado em 2009 pela FEBRABAN e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) na forma de um protocolo de intenções possuindo cinco princípios mais abrangentes e objetivos para a análise de risco de clientes e de projetos de investimento. Atualmente são 19 bancos brasileiros signatários do protocolo (MATTAROZZI e TRUNKL, 2008; FEBRABAN, 2012).

Os princípios que foram delimitados pelo protocolo são:

- a) Oferecer linhas de financiamento e programas que fomentem a qualidade de vida da população e o uso sustentável do meio ambiente;
- b) Considerar os impactos e custos socioambientais na gestão de seus ativos e nas análises de risco de projetos, tendo por base as políticas internas de cada instituição;
- c) Promover o consumo consciente de recursos naturais e de materiais deles derivados, nos processos internos;
- d) Informar, sensibilizar e engajar continuamente as partes interessadas nas políticas e práticas de sustentabilidade da instituição; e,
- e) Promover a cooperação e integração de esforços entre as organizações signatárias deste protocolo.

4.5.6. *International Organization for Standardization (ISO)*

ISO é uma organização não governamental independente, que desenvolve normas internacionais voluntárias, as quais proveem o estado da arte das especificações dos produtos, serviços e boas práticas, ajudando a tornar as empresas mais eficientes e eficazes (ISO, 2012).

As normas são desenvolvidas através de um consenso global e ajudam as empresas a acessar novos mercados, facilitar o comércio e garantir que os produtos e serviços são seguros, confiáveis e de boa qualidade. Ainda, objetiva ajudar as organizações a melhorar o seu desempenho ambiental e de gestão (ISO, 2012).

Dentre as 19.100 normas existentes, as principais normas editadas pela ISO que sustentam o objetivo de atingir o desenvolvimento sustentável, são (ISO, 2012):

- a) ISO 9000 que define normas para a boa qualidade das práticas de gerenciamento da empresa;
- b) ISO 14000 que define normas sobre gerenciamento de aspectos ambientais;
- c) ISO 26000 que define normas para a responsabilidade social;

- d) ISO 31000 que define normas sobre gerenciamento de risco;
- e) ISO 20000 que define normas para boas práticas em gerenciamento de TI;
- f) ISO 27000 que define normas para boas práticas em segurança da informação.

Diversas instituições financeiras brasileiras já aplicam algumas das normas do ISO e possuem certificações.

4.5.7. Social Accountability (SA8000)

É uma norma voluntária, internacional, de avaliação de responsabilidade social. É a primeira certificação de alcance global sob o aspecto da responsabilidade social das empresas. A norma objetiva garantir com base nas normas internacionais sobre direitos humanos e no cumprimento da legislação local, os direitos básicos dos trabalhadores nos seus locais de trabalho (SOCIAL ACCOUNTABILITY, 2012).

A norma é composta por nove requisitos:

- a) Não se envolver ou apoiar o trabalho infantil;
- b) Não se envolver ou apoiar o trabalho forçado;
- c) Providenciar um ambiente de trabalho saudável e seguro, prevenindo acidentes de trabalho;
- d) Garantir a liberdade de associação e os direitos de negociação coletiva;
- e) Não permitir nenhum tipo de discriminação;
- f) Não permitir práticas disciplinares;
- g) Garantir o horário de trabalho de 48 horas por semana e máximo de 12 horas extra por semana;
- h) Garantir que a remuneração seja suficiente para satisfazer as necessidades básicas e proporcionar alguma renda extra;
- i) Integrar o padrão em seus sistemas e práticas de gestão.

Diversos bancos brasileiros já estão buscando obter a certificação, dois dos principais bancos do país já obtiveram a certificação em diversos centros administrativos.

4.5.8. *Accountability (AA 1000)*

É um standard para responsabilidade corporativa e desenvolvimento sustentável, integrando a sustentabilidade no pensamento de negócios e na prática. A série AA1000 é formada por normas baseadas em princípios que ajudam as instituições a se tornarem mais responsáveis e sustentáveis. A norma prevê três princípios: inclusão, relevância e responsabilidade (ACCOUNTABILITY, 2012).

4.5.9. *Global Report Initiative (GRI)*

A GRI é uma organização não governamental que disponibiliza uma estrutura para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade que pode ser adotada por qualquer organização, proporcionando maior transparência organizacional. As diretrizes para elaboração de relatórios disponibilizada pela GRI estabelecem os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e comunicar seu desempenho econômico, ambiental e social (GRI, 2012).

A GRI objetiva fazer com que a prática de relatórios de sustentabilidade se torne padrão, fornecendo orientação e suporte para as organizações.

4.5.10. *Dow Jones Sustainability Index (DJSI)*

É um indicador lançado em 1999 que demonstra o desempenho das ações de 10% das empresas líderes mundiais em termos de critérios econômicos, ambientais e sociais, ou seja, que se destacam na área da sustentabilidade corporativa dentro de uma perspectiva de longo prazo. O índice serve como referência para os investidores, já que as empresas listadas são consideradas as mais capazes em criação de valor para seus acionistas no longo prazo (DJSI, 2012).

A composição do DJSI decorre de uma avaliação feita pelo *Sustainable Asset Management (SAM)*, uma entidade que avalia o grau de cumprimento dos critérios de sustentabilidade. O índice é revisado anualmente

com base em questionários específicos para cada setor; envio de documentos da empresa (relatórios de sustentabilidade; relatórios ambientais, sociais e de saúde e segurança; demonstrações financeiras anuais; dentre outros); contato individual com cada empresa; e, monitoramento da atuação das empresas através de fontes públicas (DJSI, 2012).

O levantamento abrange 2.500 das maiores empresas do mundo, das quais 10% serão classificadas no ranking sustentabilidade e farão parte do índice. Em 2011 cinco instituições financeiras brasileiras foram convidadas para a avaliação, sendo uma delas selecionada como líder no setor de serviços financeiros no DJSI Global (DJSI, 2012).

4.5.11. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

O ISE é uma iniciativa que objetiva estimular a responsabilidade ética das corporações, foi lançado em 2005 pela BM&F, é uma ferramenta para análise comparativa do desempenho das empresas listadas na BM&F sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. O índice amplia o entendimento à sociedade sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, já que inclui empresas com boas práticas socioambientais responsáveis e de governança corporativa de longo prazo (BMF BOVESPA, 2012).

A carteira do ISE é lançada anualmente sendo composta por até 40 empresas selecionadas dentre as emissoras das 200 ações mais líquidas, o processo é participativo e voluntário, realizado através de um questionário que aborda as várias facetas da sustentabilidade (social, econômico-financeira, mudanças climáticas, governança corporativa, natureza do produto e gerais), e, por uma análise de documentos (BMF BOVESPA, 2012).

Atualmente dentre as 38 empresas selecionadas para o período 2011/2012 seis são as principais instituições financeiras do país, selecionadas por possuírem compromisso com o desenvolvimento sustentável inserido formalmente em suas estratégias (BMF BOVESPA, 2012).

4.5.12. Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial

O Instituto Ethos é uma organização sem fins lucrativos que tem como missão mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, disseminando a prática da responsabilidade social empresarial. O instituto oferece às empresas os indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial para que as empresas avaliem a sua gestão na perspectiva da sustentabilidade e responsabilidade social (ETHOS, 2012).

O indicador Ethos é obtido através do preenchimento de um questionário, que será preenchido pelas próprias empresas participantes, na forma de uma autodiagnóstico (ETHOS, 2012).

O questionário avaliará a responsabilidade social empresarial a partir dos seguintes temas: valores, transparência e governança; público interno; meio ambiente; fornecedores; consumidores e clientes; comunidade; e, governo e sociedade (ETHOS, 2012).

A avaliação é consolidada pelo instituto que calcula os desempenhos para cada indicador, calcula as médias comparativas, inclusive com outras iniciativas em sustentabilidade (GRI, Metas do Milênio, ISO 26000, SA8000 e Pacto Global) (ETHOS, 2012).

4.5.13. Índice de Carbono Eficiente (ICO2)

É uma iniciativa conjunta da BM&F e do BNDES, que decidiram criar um novo índice de mercado, composto pelas ações das companhias participantes do índice IBrX-50 que aceitaram participar dessa iniciativa, adotando práticas transparentes com relação a suas emissões de gases efeito estufa (BMF BOVESPA, 2012).

A BM&F e o BNDES têm como principal objetivo incentivar as empresas emissoras das ações mais negociadas a aferir, divulgar e monitorar suas emissões, preparando-se, dessa forma, para atuar em uma economia de “baixo carbono”. O índice leva em consideração o valor econômico das ações em circulação das empresas que participam do IBrX-50 e a razão entre as emissões de gases de efeito estufa e a receita bruta (BMF BOVESPA, 2012).

As quatro principais instituições financeiras do país fazem parte do ICO2, participam com 31,16% na composição total do índice (com base em julho/2012), sendo o setor mais significativo (BMF BOVESPA, 2012).

4.5.14. Carbon Disclosure Project (CDP)

É uma organização independente sem fins lucrativos que gerencia o maior banco de dados globais sobre impacto climático corporativo, atuando através do envio de questionário às maiores empresas do mundo. Tem como objetivo acelerar a criação de soluções e mitigar os efeitos do aquecimento global, por meio da divulgação de informações relevantes do cerne dos negócios, políticas e decisões de investimento (CDP, 2012).

No Brasil o questionário do CDP foi enviado em 2011 a 80 companhias que foram convidadas a reportar suas emissões e políticas de combate às mudanças climáticas, tendo 54 respondido ao questionário, das quais cinco são instituições financeiras (CDP, 2012).

O questionário do CDP trata sobre governança climática e não apenas sobre emissões de gases de efeito estufa, trata sobre estratégias corporativas para seguir o modelo de desenvolvimento baseado em uma economia de baixo carbono, buscando estimular as empresas a avançarem em sua governança climática (CDP, 2012).

4.6. Banco Sustentável

Segundo (BOUMA, JEUCKEN e KLINKERS, 2001) um banco sustentável tem como missão estimular o desenvolvimento da sociedade em direção à sustentabilidade, mediante fomento de projetos que maximizam esse retorno em contraposição ao retorno financeiro, ou seja, o banco não investe em projetos prejudiciais à natureza e à sociedade, a despeito da lucratividade proporcionada.

Para um banco ser sustentável ele precisa focar as suas ações da seguinte forma: oferecendo produtos e serviços com foco em sustentabilidade, antecipando as necessidades de seus clientes, oferecendo um conjunto completo de produtos e serviços que estimulem o desenvolvimento sustentável;

oferecendo produtos inovadores, a fim de ampliar o seu alcance do seu conceito de banco com sustentabilidade nos negócios; formando opinião, debatendo questões como responsabilidade social corporativa e sustentabilidade nos negócios no setor financeiro; capacitando seu corpo funcional, inculcando em todas as praticas dentro e fora da instituição a sustentabilidade (MATTAROZZI e TRUNKL, 2007).

O banco sustentável é aquele que contribui para que não ocorram danos ao meio ambiente e que haja garantia aos direitos humanos e de uma vida digna, livre de privação e pobreza (BANKTRACK, 2012).

4.7. Relatórios de Sustentabilidade

Os bancos de varejo, por serem constituídos sob a forma de sociedade anônima, utilizam os Relatórios Anuais para divulgar sua performance aos *stakeholders*. Além de demonstrativos financeiros, apresentam os resultados dos esforços de relacionamento com a sociedade, órgãos reguladores, funcionários e clientes, sob a perspectiva comercial.

Por sua vez, de iniciativa voluntária e social, o Balanço Social ou Relatório de Sustentabilidade mostra o grau de responsabilidade social assumido e a prestação de contas pelo uso do patrimônio público, especialmente os recursos naturais. Logo, é uma forma de publicidade de sua versão a respeito da atuação socioambiental (OLIVEIRA, 2005; IUDIBICIUS et al, 2000).

Segundo UNEP FI (2006), o relatório de sustentabilidade refere-se à prestação de contas da organização pelas realizações nas dimensões da sustentabilidade: econômica, ambiental, social, cultural e governança corporativa.

Segundo a GRI (2012) um relatório de sustentabilidade é aquele que divulga o desempenho econômico, ambiental, social e de governança da organização relatora. É a plataforma fundamental para comunicar os impactos de sustentabilidade positivos e negativos, bem como, para obter informações que podem influenciar na política, estratégia e nas operações da organização de uma forma contínua. Elaborar relatórios de sustentabilidade é a prática de

medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos do desempenho organizacional visando ao desenvolvimento sustentável.

4.8. Bancos Estaduais

Atualmente existem cinco bancos estaduais em funcionamento no país, que são remanescentes das privatizações ocorridas na década de 90. Outras doze instituições estaduais foram privatizadas pertencentes aos estados do Maranhão, Amazonas, Goiás, Paraíba, São Paulo, Paraná, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais (duas instituições) e Rio de Janeiro e, uma federal o Banco Meridional do Brasil (BACEN, 2012).

Segundo Luz e Videira (2009) os bancos federais e estaduais desempenham um papel importante na economia já que são indutores do desenvolvimento da economia regional e nacional, foram criados como forma de dinamizar a economia regional, estimulam a concorrência no setor, a geração de postos de trabalho, a disponibilização de crédito à população em atividades diversas como agricultura, investimentos em infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico.

A maioria das instituições financeiras que foram privatizadas apresentavam graves problemas financeiros, e sempre contaram com a proteção do Estado. Na década de 90 após diversos programas de salvaguarda sem resultados, o governo federal criou Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) que incentivava a incorporação de instituições com problemas financeiros por outras instituições sólidas, na tentativa de garantir a solidez do sistema financeiro. A partir daí vários bancos começaram a desaparecer entre 1997 e 2004⁴. Os bancos que não sofreram privatizações sofreram reestruturações (com exceção do BRB) e tiveram que se submeter a novas regras definidas pelo Banco Central do Brasil (LUZ e VIDEIRA, 2009).

Os bancos estaduais que restaram hoje em dia são instituições fortes que lograram se reerguer mesmo com a série de restrições sofridas durante vários anos, a sua dimensão e capilaridade é inferior à dos grandes

⁴ O Itaú foi responsável pela aquisição de quatro dessas instituições, o que justifica o tamanho e o fortalecimento dessa instituição (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Goiás).

bancos federais e os bancos privados, mas constituem-se como importantes elos de transformação das economias aonde atuam.

As instituições estaduais possuem a mesma forma de organização já que seus principais acionistas são os Governos Estaduais. De maneira geral, sua atuação concentra-se no funcionalismo público estadual e seus produtos e serviços, em sua maioria, são voltados para essa categoria, isso implica em carteiras de baixo risco, e, apesar da portabilidade do crédito as instituições continuam confiantes com a manutenção de seus clientes em virtude de suas imagens positivas junto à sociedade.

A conjuntura econômica atual ainda favorece a realização de fusões e incorporações no setor bancário, deixando em situação difícil os pequenos bancos.

5. METODOLOGIA

O trabalho foi dividido em quatro fases. Na primeira fase foi realizado um estudo exploratório acerca dos pressupostos teóricos que balizam a temática da sustentabilidade corporativa, responsabilidade social corporativa, desenvolvimento sustentável, atrelando esses conceitos à atividade bancária, a legislação ambiental e os indicadores de sustentabilidade empresarial para as instituições financeiras brasileiras, cujo delineamento ocorreu através de pesquisas bibliográficas.

Na segunda fase foi realizado um levantamento sobre as práticas sustentáveis de dois dos principais bancos do país, o Banco do Brasil, que é o maior banco público do país que se destaca por sua atuação em todo o território nacional e por sua atuação junto à sociedade, e, o banco Itaú Unibanco por ter sido reconhecido em 2011 nacional e internacionalmente como banco sustentável, identificando como essas empresas utilizam a sustentabilidade empresarial como uma oportunidade de negócios.

Ainda foi realizado um levantamento sobre as práticas sustentáveis dos bancos estaduais: Banco do Estado do Pará S/A (Banpará), Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A (Barrisul), Banco do Estado de Sergipe S/A (Banese), Banco do Estado do Espírito Santo S/A (Banestes) e Banco Regional de Brasília S/A (BRB), identificando como essas empresas utilizam a sustentabilidade empresarial como uma oportunidade de negócios.

Na terceira fase foram realizados estudos comparativos sobre as práticas sustentáveis dos dois principais bancos do país e dos bancos estaduais.

Na quarta fase, com base na avaliação das informações obtidas sobre as práticas sustentáveis dos bancos, foi calculado o grau de sustentabilidade de cada instituição, com base na metodologia de ratings, através da atribuição de notas e pesos para cada quesito avaliado, dessa forma, chegar-se-á a uma conclusão sobre a sustentabilidade dos negócios de todos esses bancos.

Como forma de quantificar o grau de sustentabilidade de cada instituição foram realizados levantamentos, e, definidos 17 quesitos considerados importantes para determinar o grau de sustentabilidade de cada

instituição, os quais foram avaliados, estando seus resultados entre os itens 6.1.1 e 6.1.7.8 do presente trabalho.

Os quesitos definidos foram divididos em três grupos: gerais, econômicos, e, sociais e ambientais.

Dentro dos quesitos gerais foram abordadas características gerais das empresas: histórico e composição acionária, estrutura física e regiões de atuação, estrutura funcional, áreas de atuação no mercado e missão.

Nos quesitos econômicos, foram abordadas questões que demonstram a sustentabilidade econômica da empresa, como: demonstrações contábeis e financeiras, índices econômicos e financeiros, rating corporativo e posição das carteiras de crédito comercial e de desenvolvimento.

Finalmente, o quesito social e ambiental, abordou questões que demonstram a sustentabilidade social e ambiental da empresa, como: estratégia corporativa, estrutura organizacional, políticas da empresa, transparência, produtos sustentáveis, práticas de sustentabilidade, indicadores de sustentabilidade e reconhecimentos da empresa.

Após a avaliação de cada um dos quesitos surge a necessidade de obter o grau de sustentabilidade de cada empresa, para isso, será dada uma nota a cada um dos itens analisados, de forma a obter uma pontuação final que permita identificar o grau de sustentabilidade de cada instituição.

Para cada um dos quesitos foram atribuídas notas variando de 1 a 5, aonde 1 corresponde à avaliação mínima e 5 à avaliação máxima. A definição das notas levará em conta os seguintes critérios definidos na tabela 1 abaixo.

TABELA 1. NOTAS E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Notas	Critérios
5	A instituição atende de forma exemplar aos requisitos
4	A instituição supera os fundamentos básicos dos requisitos
3	A instituição atende regularmente aos requisitos
2	A instituição não atende aos requisitos possuindo restrições
1	A instituição não atende aos requisitos possuindo graves restrições

Bem como, sabendo-se que cada um dos quesitos possui uma relevância superior ou inferior para a obtenção do grau de sustentabilidade, foram também definidos pesos para cada um dos quesitos.

Na tabela 2 destacam-se os pesos que foram atribuídos a cada quesito de forma a indicar aqueles que possuem maior relevância para determinação do grau de sustentabilidade de cada instituição. Foram definidos pesos entre 1 a 3, sendo 1 aqueles itens que possuem menor relevância, 2 aqueles que possuem relevância média e 3 aqueles que possuem a maior relevância para definição do grau de sustentabilidade.

TABELA 2. PESOS DE SUSTENTABILIDADE

Quesitos de Sustentabilidade	Peso
Gerais	
Histórico e Composição Acionária	1
Estrutura Física e Regiões de Atuação	1
Estrutura Funcional	1
Áreas de Atuação	1
Missão	2
Econômicos	
Demonstrações Contábeis e Financeiras	2
Índices Econômicos e Financeiros	2
Rating Corporativo	2
Carteiras de Crédito Comercial e de Desenvolvimento	2
Social e Ambiental	
Estratégia Corporativa Sustentável	3
Estrutura Organizacional Sustentável	3
Políticas Sustentáveis	3
Transparência	3
Produtos Sustentáveis	3
Práticas de Sustentabilidade	3
Indicadores de Sustentabilidade	3
Reconhecimentos	2

O peso definido para os quesitos gerais foi de 1 por considerar que possuem uma relevância menor para o grau de sustentabilidade da empresa, ficando somente a Missão com peso 2 já que é a Missão demonstra a inserção dos conceitos de sustentabilidade na empresa.

Os quesitos econômicos obtiveram um peso 2 por possuírem importância média para obtenção do grau de sustentabilidade, a sustentabilidade econômica é importante para a empresa, no entanto, a sustentabilidade em um sentido mais amplo é necessária para demonstrar que a empresa é realmente sustentável.

E, finalmente os quesitos sociais e ambientais obtiveram um peso 3 por considerar que são os quesitos mais relevantes para a obtenção do grau de sustentabilidade, que demonstram se a sustentabilidade está realmente inserida de forma ampla dentro da empresa, com exceção dos reconhecimentos, por se tratar de um indicador de menor relevância.

A nota foi, portanto, obtida com base na multiplicação da nota dada a cada quesito com o peso definido ao mesmo.

A pontuação máxima, portanto, a ser alcançada é de 185 pontos, na tabela 3 foi definido o ranking com base no grau de sustentabilidade que as empresas podem alcançar, o qual obedece à faixa de pontuação estabelecida.

TABELA 3. RANKING DO GRAU DE SUSTENTABILIDADE

Conceito	Nota Máxima	Nota Mínima	Faixas de Pontuação
Elevado	185	157	100% - 85%
Médio	156	120	84% - 65%
Razoável	119	83	64% - 45%
Baixo	82	46	45% - 25%
Muito Baixo	45	0	25% - 0

A obtenção da nota final e a classificação e ranking, resultarão na obtenção do grau de sustentabilidade de cada instituição. As notas dadas a cada uma das instituições foram resultado de opiniões pessoais, com base nas informações obtidas.

Finalmente, serão definidas quais as medidas que esses bancos poderão adotar para se tornarem bancos com maior grau de sustentabilidade.

Para a realização do trabalho foram retiradas informações disponíveis nos Relatórios de Sustentabilidade e Demonstrações Contábeis e Financeiras publicadas anualmente de dois dos principais bancos do país, aonde são divulgadas todas as práticas sustentáveis da instituição, bem como,

informações de seus sites institucionais e de demais documentos disponibilizados por essas instituições.

Quanto aos bancos estaduais adotou-se a mesma forma de obtenção de informações, analisando os seus Relatórios da Administração e suas Demonstrações Contábeis e Financeiras publicadas anualmente, bem como, informações de seus sites institucionais e de demais documentos disponibilizados por essas instituições, aonde constavam as práticas sustentáveis da instituição.

Todas as informações consideradas para o presente trabalho foram tomadas com base no ano de 2011.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1. Sustentabilidade nos Principais Bancos do País e nos Bancos Estaduais

A seguir descreve-se o histórico de cada uma dessas instituições, Banco do Brasil (BB), Itaú Unibanco (Itaú), Banco do Estado do Pará S/A (Banpará), Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A (Banrisul), Banco do Estado de Sergipe S/A (Banese), Banco do Estado do Espírito Santo S/A (Banestes) e Banco Regional de Brasília S/A (BRB), a sua missão e valores, e, as práticas corporativas em sustentabilidade adotadas por esses bancos, e, destacar-se-á o perfil de cada instituição buscando delinear de forma geral qual o objetivo da instituição e se logra ser sustentável e adotar práticas sustentáveis, somente com a avaliação das demonstrações contábeis, avaliação de informações no seu site e demais documentos disponibilizados pela empresa.

6.1.1. Histórico e Composição Acionária

O Banco do Brasil é a instituição financeira mais antiga e a principal do Brasil e da América Latina, sendo seu principal acionista o governo federal (tabela 4). Dentre os bancos estaduais, o Banrisul é o mais antigo, e, todos com capital majoritário do governo estadual, com mais de 90%. O Itaú é uma instituição financeira privada, tipicamente brasileira.

Os bancos controlados pelos governos estaduais têm as suas atividades fortemente associadas ao seu relacionamento com o governo, atuando como indutores do desenvolvimento do estado e com estreito relacionamento com os seus gestores governamentais e entidades ligadas ao governo.

Na tabela 4 é demonstrado o ano de início de operação de cada uma das instituições, seus principais acionistas e o percentual de ações que estes detêm.

TABELA 4. HISTÓRICO E COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA NO ANO DE 2011

Instituição	Ano Início Operações	Principal Acionista	% Ações
BB	1809	Governo Federal	59,10%
Itaú	2009 ⁵	Família Moreira Salles e Família Egydio Souza Aranha	61,10%
Banrisul	1928	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	99,60%
Banestes	1937	Governo do Estado do Espírito Santo	91,90%
Banese	1964	Governo do Estado do Sergipe	93,60%
BRB	1966	Governo do Distrito Federal	96,80%
Banpará	1969	Governo do Estado do Pará	99,90%

Fonte: Banco do Brasil (2012), Itaú (2012), Banrisul (2012), Banestes (2012), Banese (2012), BRB (2012), Banpará (2012).

6.1.2. Estrutura Física e Regiões de Atuação

O BB é a instituição que possui a maior abrangência no país já que está presente na maior parte do território nacional (97% dos municípios brasileiros), tem a mais ampla rede de atendimento do país com mais de 80 mil pontos de atendimento que formam a sua rede física (agências, postos, terminais de autoatendimento, correspondentes bancários e não bancários, banco postal, etc.). Atua também a nível internacional com presença em 133 países.

Dentre os bancos estaduais o Banrisul é o que possui maior abrangência, concentrada no estado do Rio Grande do Sul (84% dos municípios do Rio Grande do Sul), se destaca ainda por atuar em outros nove estados da federação e em dois países no exterior.

Todos esses bancos além de disponibilizar a sua rede física de atendimento aos seus clientes também disponibilizam uma ampla rede virtual de atendimento, formada pelas centrais de atendimento (serviço de atendimento ao cliente, *call center*, ouvidoria e outras), *internet banking* (governo, pessoas físicas e pessoas jurídicas) e *cell banking*.

Os bancos estaduais se destacam pela sua atuação nos seus estados base, possuem grande presença e capilaridade em seus estados

⁵ O Itaú Unibanco é uma instituição financeira privada, tipicamente brasileira que foi formada em 2009 após a fusão de duas das maiores instituições financeiras do país, o Unibanco que atuava no país desde 1924 da família Moreira Salles e o Itaú que atuava no país desde 1944 da família Egydio Souza Aranha, assumindo a denominação Itaú Unibanco Holding S/A

(capital e interior) abrangendo entre 60% a 100% dos municípios de seus estados.

Todas as instituições, com exceção do Banpará, também possuem atuação em alguns outros estados do país.

Na tabela 5 é detalhada a estrutura física de cada instituição por tipo: Agências, Postos e outros tipos de atendimento físico.

TABELA 5. ESTRUTURA FÍSICA EM 2011

Estrutura Física	BB^a	Itaú^a	Banrisul^b	Banestes^b	BRB^b	Banese^b	Banpará^b
Agências	5.263	4.072	440	132	62	61	42
PAB	1.543	912	275	25	40	12	38
PAE	6.623	-	561	241	-	416	97
PAA	152	-	-	-	-	-	-
PAP	2	-	-	-	-	-	-
SAA	4.919	-	-	-	-	-	-
CNB	13.733	-	2.000	541	142	317	24
TAA	43.602	29.769	-	-	-	-	-
Outros⁶	+ 6.000	-	-	-	-	-	9
Abrangência⁷	5.378	1.000	496	78	10	75	58
% Municípios	97%	25%	84%	100%	100%	100%	40%

Fonte: Banco do Brasil (2012), Itaú (2012), Banrisul (2012), Banestes (2012), Banese (2012), BRB (2012), Banpará (2012).

Legenda: Posto de Atendimento Bancário (PAB), Posto de Atendimento Eletrônico (PAE), Posto Avançado de Atendimento (PAA), Posto de Arrecadação e Pagamento (PAP), Sala de Autoatendimento (SAA), Terminais de Autoatendimento (TAA), Correspondentes Não Bancários (CB/CNB).

Legenda: a. A nível do Brasil. b. A nível do seu estado de origem.

6.1.3. Estrutura Funcional

O setor bancário é um dos setores que mais gera empregos formais no país. As instituições financeiras avaliadas no presente trabalho, com exceção do Itaú, contratam os seus funcionários através da realização de concursos públicos.

⁶ Banco Postal (BB) e Caixas Deslocados (Banpará).

⁷ Em quantidade de municípios.

O BB é o que gera mais empregos diretos, com mais de 113 mil colaboradores, seguido do Itaú que gera mais de 104 mil. Dentre os bancos estaduais o Banrisul emprega mais de 10 mil pessoas, seguido pelo BRB com 2,6 mil, Banestes com 2,5 mil, Banpará com 1,2 mil e Banese com 1,1 mil.

Pode-se concluir que o Banrisul possui uma estrutura funcional muito forte se comparado com a dos demais bancos estaduais. O Banestes e BRB se equiparam em tamanho, bem como, o Banpará e o Banese.

Na tabela 6 são informados a quantidade de funcionários, estagiários e menor aprendiz por instituição.

TABELA 6. ESTRUTURA FUNCIONAL EM 2011

Estrutura	BB	Itaú	Banrisul	Banestes	BRB	Banese	Banpará
Funcionários	113.810	104.858	10.225	2.450	2.638	1.091	1.264
Estagiários	8.567	1.440	1.845	591	402	220	83
Menor Aprendiz	5.551	2.094	0	131	59	46	31

Fonte: Banco do Brasil (2012), Itaú (2012), Banrisul (2012), Banestes (2012), Banese (2012), BRB (2012), Banpará (2012).

6.1.4. Áreas de Atuação

Os bancos estudados são bancos múltiplos que atuam por intermédio das seguintes carteiras: comercial, investimento e/ou desenvolvimento, imobiliário, arrendamento mercantil, administração de cartão de crédito, câmbio, consórcios, seguros, distribuição e intermediação de valores mobiliários, capitalização, previdência e administração de recursos de terceiros.

Alguns desses bancos atuam em determinadas carteiras por intermédio de suas empresas controladas, administradas e coligadas. No quadro 1 são demonstradas as áreas de atuação de cada instituição aonde se pode concluir que o BB, Itaú e Banestes atuam em todas as áreas, já dentre os bancos estaduais, o Banrisul não atua na área de previdência, o BRB não atua com arrendamento mercantil e consórcios, já o Banese não atua com arrendamento mercantil, e, o Banpará não atua nas áreas rural, imobiliário, administração de cartão de crédito, consórcio, capitalização e previdência.

Isso demonstra que de maneira geral essas instituições financeiras, oferecem aos seus clientes uma ampla gama de possibilidades, permitindo atender aos seus clientes em suas diversas necessidades.

QUADRO 1. ÁREAS DE ATUAÇÃO EM 2011

Instituição	Áreas de Atuação
BB	Comercial, Rural, Desenvolvimento, Imobiliário, Arrendamento Mercantil, Administração de Cartão de Crédito, Câmbio, Consórcios, Seguros, Distribuição e Intermediação de Valores Mobiliários, Capitalização, Previdência e Administração de Recursos de Terceiros
Itaú	Comercial, Rural, Desenvolvimento, Imobiliário, Arrendamento Mercantil, Administração de Cartão de Crédito, Câmbio, Seguros, Distribuição e Intermediação de Valores Mobiliários, Consórcios, Capitalização, Previdência e Administração de Recursos de Terceiros
Banrisul	Comercial, Rural, Desenvolvimento, Imobiliário, Arrendamento Mercantil, Administração de Cartão de Crédito, Câmbio, Seguros, Distribuição e Intermediação de Valores Mobiliários, Consórcios, Capitalização e Administração de Recursos de Terceiros
Banestes	Comercial, Rural, Desenvolvimento, Imobiliário, Arrendamento Mercantil, Administração de Cartão de Crédito, Câmbio, Seguros, Distribuição e Intermediação de Valores Mobiliários, Consórcios, Capitalização, Previdência e Administração de Recursos de Terceiros
BRB	Comercial, Rural, Desenvolvimento, Imobiliário, Administração de Cartão de Crédito, Câmbio, Seguros, Distribuição e Intermediação de Valores Mobiliários, Capitalização, Previdência e Administração de Recursos de Terceiros
Banese	Comercial, Rural, Desenvolvimento, Imobiliário, Administração de Cartão de Crédito, Seguros, Distribuição e Intermediação de Valores Mobiliários, Consórcios, Capitalização, Previdência e Administração de Recursos de Terceiros
Banpará	Comercial, Desenvolvimento, Câmbio, Seguros, Distribuição e Intermediação de Valores Mobiliários e Administração de Recursos de Terceiros

Fonte: Banco do Brasil (2012), Itaú (2012), Banrisul (2012), Banestes (2012), Banese (2012), BRB (2012), Banpará (2012).

6.1.5. Missão

A missão de um banco é estabelecida com base nos objetivos de longo prazo da empresa, representa o foco traçado e a ser alcançado pela instituição. Portanto, para avaliar o grau de sustentabilidade das instituições em questão é imprescindível avaliar a missão de cada uma.

Os bancos avaliados demonstram já na sua missão que buscam, em teoria, garantir o desenvolvimento sustentável ou adotar práticas sustentáveis com realização de suas atividades.

O BB afirma ainda que busca contribuir para a sustentabilidade dos seus negócios articulando a rentabilidade das operações com o compromisso

com o desenvolvimento do país. O compromisso com a responsabilidade socioambiental permeia todos os processos da empresa e é acompanhado e gerenciado em todos os níveis da instituição, internamente, desde a alta administração da empresa até o seu corpo funcional, e, externamente, pelo seu esforço em disseminar esse compromisso com os seus *stakeholders*.

A visão de futuro do Itaú reflete o compromisso do banco com a sustentabilidade, o banco afirma que não é possível dar satisfação aos clientes se não forem eficientes. A administração do banco tem a consciência de que todas as duas ações diárias devem ser sustentáveis, as políticas e produtos só serão sustentáveis se forem bons para os clientes, para os colaboradores, para os acionistas e para a sociedade em geral, ainda afirma que não existe empresa de excelência sem pessoas de excelência.

Os bancos estaduais demonstram desde a sua missão que possuem forte ligação com o Governo do Estado e que estão comprometidos com o desenvolvimento econômico e social do Estado, no entanto, essas instituições possuem um lado comercial muito forte, com exceção do Banrisul que possui forte atuação como agente de desenvolvimento do Estado.

O Banrisul e o Banpará são os únicos que não indicam em sua missão que estão comprometidos com a questão ambiental.

No quadro 2 são copiadas as missões definidas por cada uma das instituições financeiras avaliadas.

QUADRO 2. MISSÃO EM 2011

Instituição	Missão
BB	Ser um banco competitivo e rentável, promover o desenvolvimento sustentável do Brasil e cumprir sua função pública com eficiência
Itaú	Ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes
Banrisul	Ser o agente financeiro do Estado para promover o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul
Banestes	Garantir a satisfação de clientes e acionistas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado do Espírito Santo
BRB	Atuar como banco público indutor do desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e regiões de influência, com soluções financeiras inovadoras e atendimento de excelência
Banese	Promover o desenvolvimento de Sergipe fornecendo soluções financeiras, de forma sustentável, gerando valor para seus clientes e acionistas
Banpará	Ser um banco moderno, autossustentável, comprometido com a excelência no atendimento, com as políticas de fomento e desenvolvimento socioeconômico do Pará, atuando com ética e responsabilidade social

Fonte: Banco do Brasil (2012), Itaú (2012), Banrisul (2012), Banestes (2012), Banese (2012), BRB (2012), Banpará (2012).

6.1.6. Indicadores de Sustentabilidade Econômica

6.1.6.1. Demonstrações Contábeis e Financeiras

O BB é a maior instituição financeira do país, possui ativos de R\$981 bilhões, possuindo a maior carteira de recursos captados e administrados R\$1.275 bilhão, registrando em 2011 um lucro líquido de R\$12,1 bilhões.

O valor adicionado líquido⁸ da instituição alcançou R\$38,6 bilhões, e, as receitas advindas de suas atividades⁹ alcançaram R\$121,6 bilhões. As receitas de intermediação financeira apresentaram em 2011 um crescimento sobre 2010 de 26,5% e suas despesas (administrativas e de pessoal) cresceram 5,7%, o que demonstra que o banco apresenta crescimento adequado de suas receitas e controle de suas despesas.

O Banrisul é a maior instituição financeira dentre os bancos estaduais possui ativos de R\$37,6 bilhões, possuindo uma carteira de recursos captados e administrados R\$29 bilhões, registrando em 2011 um lucro líquido de R\$0,9 bilhão. O valor adicionado líquido da instituição alcançou R\$2,8 bilhões, e, as receitas advindas de suas atividades alcançaram R\$5,9 bilhões. As receitas de intermediação financeira apresentaram em 2011 um crescimento sobre 2010 de 22,8% e suas despesas (administrativas e de pessoal) cresceram 7,7%, o que demonstra que o banco apresenta crescimento adequado de suas receitas e controle de suas despesas.

O Banpará é dentre as instituições financeiras avaliadas a que possui o menor ativo total, no entanto, apresentou o quarto melhor lucro líquido no valor de R\$124,8 milhões à frente de BRB, Banese e Banestes, e, ainda foi a instituição que teve o maior crescimento em suas receitas com intermediação financeira, prestação de serviços e tarifas entre os anos de 2010 e 2011 de 30,6%.

Na tabela 7 são demonstradas as principais contas obtidas nas demonstrações contábeis e financeiras das instituições avaliadas.

⁸ O Valor Adicionado Líquido evidencia os valores que representam a riqueza gerada por uma organização, é formado pelas despesas de pessoal e seus encargos, impostos e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e de capitais próprios.

⁹ Receitas de intermediação financeira e receitas com prestação de serviços e tarifas.

TABELA 7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS EM 2011 (R\$ EM MILHÕES)

	BB	Itaú	Banrisul	Banestes	BRB	Banese	Banpará
AT	981.230	695.226	37.586	10.120	8.668	2.802	2.740
PL	58.416	41.071	4.400	836	780	229	373
LL	12.126	7.946	904	89	96	91	125
RCA	1.275.000	1.144.864	28.999	10.087	6.650	3.317	2.239
RIF	103.330	94.191	5.947	1.264	1.678	473	545
RPS	12.213	12.595	154	140	236	116	20
RT	6.028	5.068	548	58	102	86	15
VAL	38.639	36.806	2.757	411	713	300	304

Fonte: Banco do Brasil (2012), Itaú (2012), Banrisul (2012), Banestes (2012), Banese (2012), BRB (2012), Banpará (2012).

Legenda: AT= Ativo Total; PL= Patrimônio Líquido; LL= Lucro Líquido; RCA= Recursos Captados e Administrados; RIF= Receitas de Intermediação Financeira; RPS= Receita com Prestação de Serviços; RT= Receita de Tarifas; VAL= Valor Adicionado Líquido.

6.1.6.2. Índices Econômicos e Financeiros

Os bancos informam em seus relatórios da administração e nas suas demonstrações contábeis e financeiras diversos índices econômicos e financeiros que avaliam o desempenho da instituição, esses índices permitem aos administradores nortear as suas decisões, bem como, funcionam como uma maneira de prestação de contas a seus investidores, clientes e sociedade em geral, com base nos resultados desses índices é possível prever e planejar as suas ações futuras de forma mais segura e eficiente.

Na tabela 8 são informados alguns dos índices que são mais comumente divulgados pelas instituições financeiras em seus relatórios e demonstrações contábeis.

TABELA 8. ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS EM 2011

Índices	BB	Itaú	Banrisul	Banestes	BRB	Banese	Banpará
IC I ¹⁰	122,3%	148,8%	63,8%	91,2%	75,7%	155,0%	24,9%
IC II ¹¹	65,3%	69,5%	38,1%	47,7%	45,9%	86,0%	13,9%
RSA	1,4%	2,7%	2,5%	0,9%	1,1%	3,4%	4,6%
RPL	22,4%	22,3%	21,9%	11,3%	12,3%	43,3%	33,4%
EO	42,1%	47,7%	45,2%	67,4%	62,2%	41,5%	63,0%
ÍB II	14,0%	16,4%	17,2%	17,3%	13,5%	18,9%	27,1%

Fonte: Banco do Brasil (2012), Itaú (2012), Banrisul (2012), Banestes (2012), Banese (2012), BRB (2012), Banpará (2012).

Legenda: IC I= Índice de Cobertura I; IC II= Índice de Cobertura II; RSA= Retorno sobre o Ativo; RPL= Retorno sobre o Patrimônio Líquido; EO= Eficiência Operacional; IB II= Índice de Basileia II.

Os índices de cobertura são aqueles que expressam a capacidade de cobertura dos custos fixos apenas com as receitas de prestação de serviços e tarifas, excluindo as principais receitas da instituição, as receitas com intermediação financeira. As instituições financeiras buscam melhorias progressivas nesses índices, já que quanto maior o seu percentual melhor o desempenho, estando atualmente o Banese, Itaú e BB com os melhores desempenhos.

O retorno sobre o ativo é um indicador de rentabilidade que indica o percentual de lucro líquido com relação ao investimento total, ou ainda, mede a eficiência em gerar lucros com seus ativos. Portanto, quanto maior o percentual melhor o desempenho, indicando que o Banpará, Banese e Itaú apresentam os melhores desempenhos.

O retorno sobre o patrimônio líquido mede o retorno obtido com o investimento do capital próprio, ou seja, mede a porcentagem entre o lucro líquido da instituição e o seu patrimônio líquido (capital próprio), quanto maior o seu percentual melhor o desempenho, estando atualmente o Banese, Banpará e BB com os melhores desempenhos.

O índice de eficiência operacional é a razão entre as despesas administrativas e as receitas operacionais, quanto menor melhor, este índice é de grande importância para as instituições financeiras que estruturam ações

¹⁰ Índice de Cobertura com relação às despesas de pessoal.

¹¹ Índice de Cobertura com relação às despesas de pessoal e despesas administrativas.

para melhoria desse indicador, atualmente o Banese, BB e Banrisul têm os melhores indicadores. O índice é satisfatório para todas as instituições demonstrando a eficácia da estrutura administrativa, dados pela proporção de despesas administrativas em relação às receitas geradas.

O índice de Basileia II indica o capital mínimo que os bancos ficam obrigados a manter em razão das exigências ponderadas pelo risco, ainda, indica quanto do patrimônio de referência a instituição tem com relação a suas operações de crédito, e, finalmente, indica quanto o banco pode expandir os seus ativos de crédito. É um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos sem comprometer sua margem operacional. O índice é definido pelo Banco Central com um mínimo de 11%, o que significa que as instituições possuem capacidade para expansão de suas carteiras de crédito. Atualmente as instituições que tem os melhores índices são Banpará, Banese e Banestes.

O Banestes e o Banpará buscando melhorar os seus índices de rentabilidade e de eficiência operacional contrataram empresas de consultoria com o objetivo de promover ganhos de gestão, melhorando o desempenho das receitas e despesas da instituição, projetando o seu crescimento de forma sustentável e fortalecendo a sua imagem junto à sociedade.

Pode-se concluir que todos os bancos avaliados são economicamente sustentáveis, possuem solidez e os seus riscos são irrisórios, e que estão comprometidos com a melhoria progressiva de seus indicadores, buscando a melhoria de sua sustentabilidade econômica.

6.1.6.3. Rating Corporativo

Os ratings indicam probabilidades da instituição de honrar seus compromissos financeiros, ou seja, probabilidade de inadimplência ou de expectativa de perdas dada a inadimplência (FITCHRATING, 2012).

As instituições financeiras avaliadas apresentam boas classificações de rating corporativo de curto e longo prazo, que demonstram a excelente solidez financeira da instituição, realizam negócios seguros, apresentam riscos irrisórios, rentabilidades acima da média, liquidez adequada, com baixa a moderada probabilidade de inadimplência, boa qualidade de crédito com baixa

expectativa de risco de crédito, com capacidade adequada de pagamento de seus compromissos financeiros, tendo todos eles seus ratings elevados pelas agências de avaliação de risco internacionais no último ano.

Na tabela 9 são demonstrados os principais ratings das instituições avaliadas.

TABELA 9. RATINGS CORPORATIVOS EM 2011

Rating	BB	Itaú	Banrisul	Banestes	BRB	Banese	Banpará
Longo Prazo ¹²	BBB	BBB	BB+	A-	A-	A-	A-
	AAA	BBB+	BBB-			BBB+	

Fonte: Banco do Brasil (2012), Itaú (2012), Banrisul (2012), Banestes (2012), Banese (2012), BRB (2012), Banpará (2012).

Legenda: **A-**: indicadores financeiros saudáveis, satisfatórios níveis de rentabilidade, solidez financeira intrínseca boa, risco muito baixo; **AAA**: reflete a menor expectativa de risco de inadimplência, é atribuído apenas em casos de capacidade excepcionalmente elevada de pagamento dos compromissos financeiros; **BBB**: demonstra parâmetros de proteção adequados, no entanto, condições econômicas adversas são mais prováveis de levar a um enfraquecimento na capacidade do devedor para honrar seus compromissos financeiros relativos à obrigação; **BBB+**: consistente rentabilidade operacional, bons índices de qualidade de crédito; **BBB-**: capital e rentabilidade fortes, posição de risco adequada, funding acima da média e liquidez adequada; **BB+**: rentabilidade acima da média e liquidez adequada (FITCHRATINGS, 2012; STANDARDANDPOORS, 2012).

6.1.6.4. Carteiras de Crédito Comercial e de Desenvolvimento

O saldo da carteira de crédito também pode demonstrar o nível de engajamento das instituições financeiras com relação à sustentabilidade, entende-se que aquelas instituições que possuem uma carteira de desenvolvimento pequena e que possuem um foco maior na área comercial, indicam o grau de as suas ações junto à sociedade, já que é nessa carteira que são concentradas as operações com o rural e agroindustrial, que são as atividades indutoras do desenvolvimento econômico e social do país.

O BB possui uma sua carteira de crédito que alcança R\$423 bilhões, o que representa 20,1% do saldo em operações do Sistema Financeiro

¹² Os ratings apresentados foram extraídos da FITCH RATINGS e STANDARD & POOR'S que atuam como fornecedores de índices no mundo, cada empresa possui a sua metodologia de cálculo e denominação do rating.

Nacional, é dentre os bancos avaliados o que possui a maior carteira de desenvolvimento, a qual representa 23,9% do saldo da carteira total.

O Banrisul, Banestes, BRB e Banese em média mantêm 86% de sua carteira de crédito para as operações da carteira comercial. Enquanto que o Banpará e Itaú concentram em média 96% na carteira comercial, demonstrando que o foco de suas operações está nessas carteiras.

Na tabela 10 é demonstrado o saldo total das operações de crédito das instituições e, os saldos das carteiras comercial e de desenvolvimento.

TABELA 10. SALDO DAS CARTEIRAS COMERCIAL E DE DESENVOLVIMENTO EM 2011 (R\$ EM MILHÕES)

Saldo	BB	Itaú	Banrisul	Banestes	BRB	Banpará	Banese
Operações de Crédito	422.989	397.012	20.393	3.595	4.880	1.536	1.431
Comercial¹³	321.978	367.834	16.874	3.225	4.351	1.526	1.228
Desenvolvimento¹⁴	101.010	29.178	3.520	370	529	10	203

Fonte: Banco do Brasil (2012), Itaú (2012), Banrisul (2012), Banestes (2012), Banese (2012), BRB (2012), Banpará (2012).

6.1.7. Indicadores de Sustentabilidade Sociais e Ambientais

6.1.7.1. Estratégia Corporativa Sustentável

O próximo passo para a adoção da sustentabilidade em uma empresa é o desenvolvimento de uma estratégia corporativa, neste caso a estratégia deve demonstrar que a empresa busca ter negócios sustentáveis e agir de forma sustentável dentro e fora da instituição.

O BB afirma que sempre que necessário, promove adequações em sua estratégia corporativa, de forma a assegurar competitividade, sustentabilidade e condições para manter uma política de relacionamento e resultados adequada com seus públicos de interesse. O compromisso socioambiental é acompanhado e gerido em todos os âmbitos da instituição. No âmbito corporativo, através da inclusão da temática na estratégia da

¹³ Inclui as operações de microcrédito (PJ e PF) das instituições.

¹⁴ Carteira de Desenvolvimento formada pelas operações de crédito rurais, agroindustriais e imobiliárias.

empresa. No âmbito das dependências, ao se colocar indicadores sociais e ambientais no acordo de trabalho. E, por fim, no âmbito pessoal, ao se avaliar o desempenho dos funcionários também levando em consideração competências afetas ao tema.

A atuação do Itaú para alcançar a performance sustentável está pautada no relacionamento com os seus diversos *stakeholders*. No nível interno busca incentivar o desenvolvimento e reconhecimento de seus colaboradores. No nível externo busca oferecer aos seus clientes produtos e serviços adequados ao perfil de cada um, estabelecer um relacionamento pautado na transparência das informações, na educação financeira e na promoção de relações equilibradas e de longo prazo. No âmbito social busca ser um agente de transformação para inspirar mudanças de atitude e promover o desenvolvimento das pessoas e do país, assumindo diretamente compromissos que contribuirão com a construção de políticas públicas que favoreçam a empresa e a sociedade. No âmbito ambiental busca gerir os seus riscos ao considerar as tendências de mercado, regulamentações e demandas de clientes e sociedade.

O Banrisul afirma que para fortalecer a sustentabilidade na empresa traçou como estratégia a qualificação contínua de seus colaboradores, modernização e padronização das suas agências, ampliação dos postos de atendimento, excelência na gestão de custos administrativos, investimentos em tecnologia e inovação e, expansão da escala de negócios, por meio de aperfeiçoamentos na concessão de crédito, que visam desburocratizar operações e mitigar riscos. O banco entende que a estratégia de sustentabilidade deve ser um processo de aprimoramento constante, posicionando a sustentabilidade em todas as suas vertentes de atuação de forma ampla, sob os pilares econômico, ambiental e social, alinhando as demandas e expectativas da sociedade com o posicionamento e as estratégias de negócios, propondo práticas criativas e inovadoras de sustentabilidade corporativa, divulgando as iniciativas sociais da instituição e promovendo o estabelecimento de parcerias comerciais com empresas que valorizam práticas de responsabilidade socioambiental.

Percebe-se que através dos relatórios divulgados pelos bancos estaduais que o compromisso com a responsabilidade socioambiental ainda

não está completamente estruturado e consolidado nas instituições, mas que o processo tende a evoluir de forma contínua. A sustentabilidade ainda não está inserida em todos os processos das empresas, demonstrando ainda pouca aderência de suas estratégias e práticas institucionais aos conceitos de sustentabilidade corporativa, mas buscam evoluir a sua forma de gestão para a adoção das melhores práticas de governança corporativa, por entender que essa é uma ferramenta para alcançar a sustentabilidade da empresa.

6.1.7.2. Estrutura Organizacional Sustentável

A definição da estratégia está intrinsecamente ligada à de estrutura organizacional, a qual deve ser definida de forma a garantir o alcance da missão e estratégias da empresa. A estrutura deve se adequar e adaptar às mudanças do ambiente, garantindo integração total entre as estratégias e a sua maneira de desenvolver as suas atividades. A estrutura organizacional demonstrará se a sustentabilidade faz realmente parte do dia a dia da empresa.

O quadro 3 demonstra as unidades criadas nos bancos para gerir a sustentabilidade nas empresas.

QUADRO 3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL SUSTENTÁVEL EM 2011

Instituição	Estrutura
BB	Grupo RSA/ Unidade de Desenvolvimento Sustentável – UDS/ Unidade Estratégica de Gestão de Responsabilidade Socioambiental – RSA e Unidade Estratégica de Gestão de Desenvolvimento Rural Sustentável – DRS
Itaú	Comitê de Supervisão de Sustentabilidade/ Comitê Executivo de Sustentabilidade/ Comitê de Sustentabilidade
Banrisul	Grupo Estratégico de Gestão Socioambiental
Banestes	Não possui
Banese	Não possui
BRB	Superintendência de Responsabilidade Socioempresarial e Sustentabilidade
Banpará	Não possui

Fonte: Banco do Brasil (2012), Itaú (2012), Banrisul (2012), Banestes (2012), Banese (2012), BRB (2012), Banpará (2012).

O BB instituiu em 2003 uma equipe interdisciplinar, denominada Grupo RSA que atualmente conta com representantes de todas as áreas do

BB, e, em 2009 criou a Unidade de Desenvolvimento Sustentável – UDS que unificou em uma única unidade estratégica a gestão de Responsabilidade Socioambiental – RSA e de Desenvolvimento Rural Sustentável – DRS. As unidades têm por função primordial responder pela gestão de responsabilidade socioambiental do banco e pela coordenação da implementação da estratégia comercial de DRS em todo país. A abordagem e a gestão da sustentabilidade no BB permeiam toda a organização, o compromisso socioambiental é acompanhado e gerido em todos os âmbitos da instituição.

O Itaú tem uma estrutura de governança corporativa formada por: um *Comitê de Supervisão de Sustentabilidade* que acompanha e orienta a política de sustentabilidade e valida a estratégia de longo prazo; um *Comitê Executivo de Sustentabilidade* que integra as estratégias de negócio e a sustentabilidade nas diversas áreas da organização; um *Comitê de Sustentabilidade* que implementa a estratégia de sustentabilidade e assegura e monitora a sua gestão; e, por *Grupos de Gestão* voltados aos projetos de educação financeira, riscos e oportunidades socioambientais e, diálogo e transparência.

O Banrisul criou em 2011 o Grupo Estratégico de Gestão Socioambiental, que tem papel fundamental no processo de inserção e consolidação da sustentabilidade na cultura organizacional e na cadeia de valor, coordena os programas socioambientais da instituição, além de contribuir na formulação de políticas sustentáveis.

O BRB criou em 2011 a Superintendência de Responsabilidade Socioempresarial e Sustentabilidade que elevou o conceito de sustentabilidade na organização, devendo orientar os negócios em sua relação com a sociedade, meio ambiente e territórios em que atua.

O Banese, Banestes e o Banpará ainda não possuem em sua estrutura organizacional uma área específica para cuidar da sustentabilidade ou governança corporativa, ou, uma unidade ou comitê organizacional responsável pela gestão socioambiental da empresa.

A gestão da governança corporativa para o Banese e Banestes é direcionada à Diretoria de Finanças e Relações com Investidores aonde existe uma Área de Mercado e Relações com Investidores (Banese) e uma Gerência de Relações com Investidores (Banestes), que é responsável pela

comunicação e divulgação de atos ou fatos relevantes, garantindo a transparência das suas ações e informações corporativas, mas ainda não possuem em sua estrutura unidades ou comitês que direcionem suas ações à sustentabilidade dentro da empresa.

6.1.7.3. Políticas Sustentáveis

A definição de políticas empresariais também está ligada à definição das estratégias. As políticas são guias que permitem às empresas materializar as suas definições estratégicas. As políticas têm como funções básicas: uniformizar o comportamento da organização, dar continuidade às decisões no longo prazo, comunicação e transmissão e expectativas, facilitar a tomada de decisões e proteger contra pressões imediatistas (UMEDA e TRINDADE, 2004). As políticas, então, são o meio de inserção das práticas em sustentabilidade em uma empresa.

O BB possui políticas voltadas para a adoção da sustentabilidade, e afirma que adota critérios socioambientais na análise de risco para concessão de seus financiamentos, condicionando a concessão à regularidade ambiental e social da empresa, bem como, suspende novos créditos a clientes incluídos em relação de empregadores que submetem seus trabalhadores a formas degradantes de trabalho ou os mantenham em condições análogas ao trabalho escravo, abrange vedações a financiamentos a clientes envolvidos com exploração sexual de crianças e com o uso do trabalho infantil.

As políticas corporativas do Itaú apresentam o compromisso do banco em garantir a sustentabilidade de seus negócios, inclusive em seu processo de concessão de crédito exige boas práticas de gestão socioambiental das empresas tomadoras do crédito.

Os bancos estaduais, com exceção de algumas práticas do Banrisul, apesar de adotarem algumas práticas sustentáveis, e de ter iniciado o entendimento sobre a sustentabilidade corporativa, ainda não inseriram a sustentabilidade de forma transversal em suas políticas corporativas e na estratégia de negócios, também não foram divulgadas a existência de políticas socioambientais ou procedimentos de análise de risco socioambiental dos projetos financiados por essas instituições. Somente o Banrisul afirma que

exige o cumprimento de regularidades ambientais, condicionando a concessão à apresentação de licenças, autorizações, declarações de regularidade ambiental do cliente que solicita financiamento, monitora e fiscaliza os empreendimentos financiados, e, obedece à legislação federal e estadual que condicionam a aprovação de financiamentos a projetos ambientalmente regulares.

6.1.7.4. Transparência

A transparência é uma maneira que as empresas adotam para demonstrar o seu comprometimento com a sustentabilidade, já que essa é uma prática que agrega valor às empresas.

A transparência passou a ser a alma do negócio: tornou-se fator de legitimidade social e um importante atributo para a imagem pública e reputação das empresas (GARNIER, 2012).

A transparência e a sustentabilidade estão diretamente ligadas, por isso as instituições financeiras avaliadas divulgam em seus sites corporativos ou em sites de relacionamento com os investidores, os seus instrumentos de governança corporativa, buscando ter uma comunicação mais clara, simples e objetiva, e, um diálogo mais aberto com os seus clientes, como por exemplo: estatuto social, regimentos internos, código de governança corporativa, estrutura da governança corporativa, código de ética, políticas diversas, relatórios da administração, relatórios anuais e de desempenho, relatório de sustentabilidade, demonstrações contábeis e financeiras, etc.

O BB e Itaú demonstram através desses instrumentos o seu comprometimento com seus *stakeholders*, já que neles foram incorporadas as práticas de governança corporativa da instituição buscando manter um relacionamento ético com todos os seus *stakeholders*, demonstrando que a sustentabilidade permeia todos os seus atos decisórios e que a instituição desenha seus processos, produtos e serviços à luz de seus impactos sociais e ambientais.

Os bancos estaduais também mantêm a transparência junto aos seus *stakeholders* através da disseminação de dados e informações econômicas e financeiras ao mercado, também divulgam as suas ações no

nível de promoção social e ambiental, no entanto, percebe-se que a atualização dessas informações não faz parte do cotidiano desses bancos, bem como, nos seus relatórios de administração o detalhamento de suas ações sociais e ambientais são superficiais, com exceção do Banrisul que já há alguns anos divulga seu Balanço Social e no último ano divulgou o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, demonstrando maior transparência quanto a suas ações no nível social e ambiental.

6.1.7.5. Produtos Sustentáveis

As instituições financeiras atuam em diversas áreas e, disponibilizam à sociedade diversos produtos e serviços voltados a pessoas físicas, pessoas jurídicas e governo. A adaptação dessas instituições financeiras para a sustentabilidade corporativa exige que a instituição se comprometa a oferecer produtos e serviços adaptados às práticas sustentáveis, trazendo mais benefícios aos seus clientes, à sociedade em geral e ao meio ambiente.

A demanda por produtos sustentáveis é crescente, existem determinados clientes que exigem e preferem produtos e serviços com viés para a sustentabilidade e de empresas socioambientalmente responsáveis, dependendo do setor essa aderência a produtos sustentáveis é maior.

As empresas em geral acompanham essa tendência e os bancos não foram diferentes, buscam oferecer cada vez mais aos seus clientes produtos sustentáveis ou demonstrar aos seus clientes que possuem práticas socioambientais responsáveis, visando diferenciar-se das demais instituições financeiras, atrair determinados clientes e melhorar a sua reputação no mercado.

No setor bancário, essa aderência fica restrita a determinados produtos e a determinados nichos de clientes, que estão mais dispostos a sacrificar uma parte de sua rentabilidade.

Na verdade, os bancos buscam com a inserção do viés sustentável em seus produtos obter vantagens competitivas sobre os seus clientes, melhorando a sua imagem perante a sociedade, e, aumentando a fidelidade de determinados clientes.

O desenvolvimento de produtos e serviços sustentáveis pelos bancos busca demonstrar que a instituição não está unicamente preocupada com a sua imagem corporativa, mas que está engajada com o desenvolvimento sustentável, apesar de que, como dito anteriormente, os produtos sustentáveis atingem determinados segmentos de clientes, e é essa segmentação do mercado que permite a sua fidelização.

Portanto, um dos pré-requisitos para que os bancos sejam considerados sustentáveis, é que possua produtos e serviços sustentáveis, voltados para diversos segmentos.

O BB, Itaú e Banrisul possuem uma ampla gama de produtos e linhas de crédito disponíveis a pessoas físicas e pessoas jurídicas, com foco na sustentabilidade, como por exemplo: empréstimos pessoais, fundos socioambientais ou culturais, crédito rural, microcrédito, pacote de tarifas ambiental, cartão de crédito com foco ambiental ou social, etc.

Todas as instituições possuem produtos com foco na sustentabilidade na área de fomento, concedendo crédito com recursos próprios e de terceiros (BNDES, FNE, etc.).

O Banestes, BRB, Banese e Banpará são as instituições que menos possuem produtos com foco na sustentabilidade disponíveis aos seus clientes.

Somente alguns desses produtos são oferecidos por obrigatoriedade política ou legal, como por exemplo, o microcrédito. Apesar da obrigatoriedade do Banco Central em aplicar 2% dos depósitos à vista, os bancos buscam associar o produto à ótica sustentável, neste caso ao social.

Igualmente outros produtos ou linhas como as do BNDES, não são obrigatórios do ponto de vista legal, mas representam alternativas para o estímulo ao desenvolvimento econômico e social da sociedade, bem como, de estímulo a práticas sustentáveis pelas empresas beneficiárias, considerando que as mesmas deverão atender obrigatoriamente aos pré-requisitos estabelecidos pelo BNDES.

O foco econômico (rentabilidade) é certamente o principal objetivo das instituições financeiras quando da disponibilização de novos produtos e serviços, no entanto, é necessário alinhar as práticas de sustentabilidade a um determinado público. No entanto, o retorno financeiro que os bancos tem com determinadas linhas de crédito de fomento é baixo se comparado ao retorno

obtido com as linhas de crédito tradicionais, o que justifica que tais linhas sejam consideradas como produtos sustentáveis oferecidos por essas instituições que demonstram o seu interesse pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social.

Portanto, serão considerados como sustentáveis aqueles produtos e serviços que busquem incentivar a geração de emprego e renda (programas de microcrédito que atende às necessidades de micro e pequenos empreendedores; BNDES Automático que incentiva a implantação de novos empreendimentos; BNDES Progeren que apoia o fortalecimento da capacidade de geração de emprego e renda, concede capital de giro, no entanto, atrelado ao objetivo de aumentar a produção emprego e a massa salarial, portanto, contém na sua concepção o estímulo ao social; dentre outros), que estimulem o desenvolvimento econômico e social, que prevejam dentro de suas regras de negócios a manutenção e conservação do meio ambiente (como por exemplo: serviços como DDA e emissão de contracheques online que contribuem com o meio ambiente por evitar a impressão de documentos em papel; pacotes de serviços que destinam parte das receitas a programas ambientais; fundos de investimento em ações; dentre outros), que incentivem determinados setores ou entes da economia que tem pouco acesso ao crédito (BB Prodecoop que busca incrementar a competitividade de cooperativas; dentre outros), finalmente, que busquem garantir a sustentabilidade do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Na tabela 11 são demonstradas de forma sintética os produtos e serviços sustentáveis por grupo e por instituição. Nos quadros 4 a 10 são informados os produtos sustentáveis de cada instituição por tipo de produto e serviço.

TABELA 11. PRODUTOS SUSTENTÁVEIS EM 2011

Instituições	AR	CC	CT	EF	IV	IM	SG	FCR	SR
BB	7	-	-	2	4	2	4	30	7
Itaú	-	1	1	2	11	-	2	12	9
Banrisul	-	-	-	1	1	-	-	14	-
Banestes	-	-	-	-	-	-	-	8	2
BRB	-	-	-	-	2	-	-	8	1
Banese	1	-	-	1	-	-	-	6	2
Banpará	13	-	-	-	-	-	-	16	1

Fonte: Banco do Brasil (2012), Itaú (2012), Banrisul (2012), Banestes (2012), Banese (2012), BRB (2012), Banpará (2012).

Legenda: AR= Administração de Recursos; CC= Cartão de Crédito; CT= Contas; EF= Empréstimos e Financiamentos; IV= Investimento; IM= Imobiliário; SG= Seguros; FCR= Fomento e Crédito Rural; SR= Serviços.

QUADRO 4. PRODUTOS SUSTENTÁVEIS BANCO DO BRASIL EM 2011

BB		
Área	Socioeconômico	Ambiental
Administração de Recursos	FAT, Funcafé, Funproger, Incentivo à Cultura, Profrota Pesqueira, FCO	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
Empréstimos e Financiamentos	BB Crédito Acessibilidade, BB Crediário Pessoas com deficiência	-
Fomento e Crédito Rural	BNDES Automático, BNDES PSI, BNDES Progeren, BNDES Procult, BNDES Proesco, Moderagro, Moderinfra, Funcafé, BB Fruticultura, BB Microcrédito Empreendedor PF, BB Microcrédito Empreendedor PJ, BB Giro APL, BB Prodecoop, Microcrédito Produtivo Orientado, Pronamp, Pronaf Agroindústria, Pronaf Agroecologia, Pronaf Semiárido, FCO Rural, Projeto Solo Forte, Arenito Nova Fronteira, Financiamento Estudantil – FIES	Programa ABC, BB Biodiesel, BB Florestal, BB Produção Orgânica, Pronaf Florestal, Pronaf Eco, FCO – Programa ABC, Programa Moeda Verde,
Imobiliário	Minha Casa Minha Vida, Programa Nacional de Habitação Rural	-
Investimento	BB Multimercado Balanceado LP Jovem	BB Ações Carbono Sustentabilidade, BB Ações Carbono Sustentabilidade com opção de venda, BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial Jovem
Seguros	BB Seguro Agrícola, Seguro Ouro Vida Produtor Rural, Seguro Penhor Rural, Seguro Ouro Vida Estilo	-

continuação

BB		
Área	Socioeconômico	Ambiental
Serviços	Portal de Negócios Cooperativas de Crédito, BB Garantia de Preços Agropecuários, Cotações Agropecuárias, Clima, Convênio Negocial e Operacional Pronaf, Assessoria Financeira	DDA, Pacote Bônus Ambiental

Fonte: Banco do Brasil (2012).

QUADRO 5. PRODUTOS SUSTENTÁVEIS ITAÚ EM 2011

Itaú		
Área	Socioeconômico	Ambiental
Cartão de Crédito	Hipercard – Arrecadação AACD	-
Contas	-	Maxi Conta Ambiental Itaú PJ
Empréstimos e Financiamentos	Crédito Universitário	Aquecedor Solar
Fomento e Crédito Rural	Itaú Microcrédito, Proger, BNDES Agro, BNDES Automático, BNDES Finem, BNDES Progeren, BNDES Prosoft, BNDES IES	Comprovar Ambiental, Financiamento Socioambiental IIC, Giro Ambiental, Programa ABC
Investimento	Itaú Empresa Governança Corporativa, Itaú Excelência Social, It Now ISE, It Now IGCT, Fundo Itaú Unibanco de Excelência Social (FIES), Fundo Itaú Seguros e Previdência Corporate	Fundo Itaú Índice de Carbono, Fundo Itaú DI Ecomudança, Fundo Itaú Personnalité DI Ecomudança, Fundo Itaú Renda Fixa Ecomudança, Fundo Itaú Personnalité Renda Fixa Ecomudança
Seguros	Responsabilidade Social	Seguro Residencial – Serviços Ambientais, Itaú Seguro Ambiental
Serviços	Crédito Consciente, Orientador de Crédito, Assessoria financeira, TV Itaú Corretora, Itaú 30 horas Comexpress, Comunidade Empresas	DDA Itaú, Pacote Maxiconta Ambiental Empresas, Contador de Sustentabilidade

Fonte: Itaú (2012).

QUADRO 6. PRODUTOS SUSTENTÁVEIS BRB EM 2011

BRB		
Área	Socioeconômico	Ambiental
Fomento e Crédito Rural	BNDES PSI, Moderfrota, Moderinfra, Moderagro, Prodecoop, Programa de Microfinanças, BNDES Automático, FCO Empresarial	-
Investimento	BRB Brasília Funcine	BRB Energia
Serviços	-	DDA

Fonte: BRB (2012).

QUADRO 7. PRODUTOS SUSTENTÁVEIS BANRISUL EM 2011

Banrisul		
Área	Socioeconômico	Ambiental
Empréstimos e Financiamentos	CDC Sustentabilidade	-
Fomento e Crédito Rural	BNDES PSI, Moderfrota, Moderinfra, Moderagro Desenvolvimento, Programa Gaúcho de Microcrédito, BNDES Automático, BNDES Finem, Pronaf Agroindústria, Pronaf Investimento Mulher, Pronaf Investimento Mais Alimentos, Banrisul Cinema	Programa ABC, Agroecológico, Investimento ECO
Investimento	Fundo de Ações Banrisul Governança Corporativa	-

Fonte: Banrisul (2012).

QUADRO 8. PRODUTOS SUSTENTÁVEIS BANESE EM 2011

Banese		
Área	Socioeconômico	Ambiental
Administração de Recursos	FNE	-
Empréstimos e Financiamentos	Credi-Invest	-
Fomento e Crédito Rural	Programa de Microcrédito Banese, BNDES Automático, Credi-Frota, Progeren, FNE – Industrial Nordeste, FNE – Produtos e Serviços, Moderfrota	-
Serviços	-	DDA, Contracheque Online

Fonte: Banese (2012).

QUADRO 9. PRODUTOS SUSTENTÁVEIS BANESTES EM 2011

Banestes		
Área	Socioeconômico	Ambiental
Fomento e Crédito Rural	Nossocrédito, BNDES Automático, BNDES Progeren, BNDES PSI, Moderagro, Moderinfra, Pronamp, Funcafé	
Serviços	-	DDA, Extrato por Email

Fonte: Banestes (2012).

QUADRO 10. PRODUTOS SUSTENTÁVEIS BANPARÁ EM 2011

Banpará		
Área	Socioeconômico	Ambiental
Administração de Recursos	FDE, Banco do Produtor, Pará Rural, Fundosol, Ver-o-Sol, FMD Ananindeua, FUNGER Óbidos, Banco do Povo de Moju, FMD Paragominas, FUNGER Santa Bárbara, Banco do Povo de Santarém, FUNDEV - Vigia, FMD Portel	-
Fomento e Crédito Rural	Banpará Comunidade, Banco do Produtor, FDE Privado, CREDCIDADÃO, FDE Incentivos Financeiros, Pará Rural, Fundosol, Ver-o-Sol, FMD Ananindeua, FUNGER Óbidos, Banco do Povo de Moju, FMD Paragominas, FUNGER Santa Bárbara, Banco do Povo de Santarém, FUNDEV – Vigia, FMD Portel	-
Serviços	-	DDA

Fonte: Banpará (2012).

Analisando as informações obtidas, pode-se concluir que existem produtos com um foco maior no social e econômico e outros mais focados no ambiental, nesse sentido, na tabela 12 foram agrupados os produtos de acordo com o seu objetivo final para os quais foram desenvolvidos, socioeconômico ou ambiental.

Pode-se observar que dos 159 produtos mapeados, 75% são voltados para o socioeconômico, e, 25% para o ambiental. O Itaú é o banco que possui a maior quantidade de produtos com foco ambiental, seguido do BB, enquanto que os bancos estaduais mantêm entre 1 a 2 produtos com foco ambiental, mantendo-se mais forte em produtos com foco socioeconômico.

TABELA 12. PRODUTOS SUSTENTÁVEIS POR OBJETIVO EM 2011

Instituições	Socioeconômico	Ambiental
BB	42	14
Itaú	22	16
Banrisul	13	3
Banestes	8	2
BRB	9	2
Banese	9	2
Banpará	16	1

Fonte: Banco do Brasil (2012), Itaú (2012), Banrisul (2012), Banestes (2012), Banese (2012), BRB (2012), Banpará (2012).

6.1.7.6. Práticas de Sustentabilidade

O engajamento das instituições com a sustentabilidade é demonstrado através das suas práticas a nível interno (funcionários) e externo (clientes, fornecedores e demais *stakeholders*), nos âmbitos econômico, social, ambiental, cultural e esportivo.

A tabela 13 quantifica as práticas sustentáveis adotadas pelas instituições financeiras avaliadas no presente trabalho de forma a demonstrar o quanto as ações sustentáveis estão inseridas nessas empresas. Nos anexos I a III são relacionadas todas as práticas sustentáveis adotadas por cada uma das empresas, que foram mapeadas no presente trabalho.

TABELA 13. PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM 2011

Instituições	SOCIAIS	ECONÔMICAS	AMBIENTAIS
BB	80	5	25
Itaú	132	7	25
Banrisul	50	2	19
Banestes	10	2	3
BRB	37	3	10
Banese	29	8	8
Banpará	19	3	3

Fonte: Banco do Brasil (2012), Itaú (2012), Banrisul (2012), Banestes (2012), Banese (2012), BRB (2012), Banpará (2012).

Pode-se observar que os bancos de forma geral adotam muitas práticas a nível social, seja junto ao seu corpo funcional, seus clientes, fornecedores, de nível cultural e esportivo. Foram mapeadas, em 2011, 357 práticas a nível social, das quais se pode destacar: apoio a projetos sociais, campanhas de voluntariado, doações, patrocínio a diversos programas sociais, inclusão bancária de regiões carentes; dentre outras.

Dentre as 357 práticas sociais mapeadas em 2011, 42%, ou seja, 148 são práticas dos bancos a nível do seu corpo funcional, as quais buscam trazer maior satisfação e engajamento dos seus colaboradores. São ações de treinamento para aperfeiçoamento de seus funcionários, estímulo à obtenção de certificações, programas de voluntariado, concessão de bolsas de estudos para cursos de graduação e pós-graduação, estímulo à realização de atividades físicas, programas de melhoria de qualidade de vida no trabalho, programas de reconhecimento profissional e de reinserção, promoção de negociações coletivas, etc.

Outro destaque são as ações a nível social adotadas pelos bancos junto aos seus clientes, foram mapeadas 57 práticas, dentre as principais temos: ampliação de sua rede de agências e canais de atendimento, melhoria da acessibilidade, disponibilização de ferramentas de controle financeiro, veicula programas e cursos sobre educação financeira, dentre outros.

As práticas ambientais passaram a ser adotadas mais recentemente por todas as instituições dentre as 93 práticas mapeadas, podem-se destacar: estímulo à preservação ambiental local, estímulo a programas de redução do consumo de energia e bens não renováveis, estímulo à coleta seletiva em suas unidades, conscientização ambiental de funcionários e clientes, treinamento sobre práticas ambientais, estímulo ao uso de canais eletrônicos, dentre outros.

Pode-se observar que o BB reforça sua atuação responsável, disseminando práticas empresariais sustentáveis interna e externamente, como forma de manter e expandir características que foram associadas à sua marca e aos seus negócios (modernidade, inovação, proximidade, brasilidade e sustentabilidade) e, que contribuíram para que a instituição alcançasse a posição de liderança no mercado financeiro nacional e de referência na oferta de produtos e serviços qualificados dentro e fora do Brasil.

O BB entende que para gerar resultados sustentáveis deve manter boas práticas de governança corporativa, que envolvem investimentos em infraestrutura e tecnologia, capacitação de funcionários, implementação de ações de apoio ao desenvolvimento sustentável através do alinhamento de produtos e serviços sustentáveis, estabelecendo padrões para seus fornecedores e engajamento dos *stakeholders*, melhoria da eficiência operacional, disseminação dos princípios de responsabilidade socioambiental na comunidade BB, promoção de ações de cidadania com foco na melhoria da qualidade de vida da população e conscientização e preservação do meio ambiente, bem como, da promoção e defesa dos direitos humanos.

O Itaú demonstra através da sua ampla gama de práticas sustentáveis que tem consciência quanto à necessidade de inserção das ações no dia a dia da empresa, ou seja, tudo o que o banco faz em suas atividades diárias tem que ser sustentável. As políticas e produtos só serão sustentáveis se forem bons para todos (clientes, funcionários, acionistas e sociedade).

O Bannrisul, Banese e BRB possuem práticas um pouco mais consolidadas no nível de sustentabilidade corporativa ao demonstrar comprometimento com seus *stakeholders* (clientes, funcionários, fornecedores, sociedade) e com o meio ambiente, com exceção do Banese que não possui práticas com fornecedores.

O Banestes e o Banpará adotam medidas simples do ponto de vista ambiental, as suas ações sociais são focadas quase que exclusivamente na promoção social, ou seja, à filantropia. Não estabeleceu práticas consistentes para seus *stakeholders*. São observadas ações isoladas em responsabilidade social.

6.1.7.7. Indicadores de Sustentabilidade

Os principais bancos do país, para medir e registrar o nível de sustentabilidade alcançado pelas suas ações passaram a adotar e aderir a diversos indicadores, normas e *standards*, conforme destacados no item 5.5 do presente trabalho, abaixo destacam-se os indicadores aos quais essas instituições registram até o final de 2011.

Foram aqui selecionados os principais princípios, protocolos, *standards* e demais indicadores que essas instituições obtiveram, pode-se concluir que esses bancos buscam adotar práticas sustentáveis reconhecidas a nível nacional e internacional, tais indicadores são reconhecidos a nível nacional e internacional, e, cada indicador estabelece uma abordagem diferenciada sobre a questão da sustentabilidade, possui forças e limitações diferenciadas, não havendo desvantagem em utilização de diversos indicadores para medir a sustentabilidade de uma organização.

A adesão a esses indicadores de sustentabilidade permitem medir o progresso da sustentabilidade relacionando a economia, o meio ambiente e a sociedade, auxiliam na tomada de decisões corporativas e setoriais, e, demonstram à sociedade em geral o engajamento com as práticas sustentáveis dentro da instituição.

O quadro 11 lista os principais indicadores de sustentabilidade nos quais essas instituições financeiras foram classificadas.

QUADRO 11. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE BB E ITAÚ EM 2011

Indicadores	BB	Itaú
Princípios e Protocolos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Protocolo Verde (1995); ▪ Pacto Global (2003); ▪ Carta de Princípios Socioambientais (2003); ▪ Agenda 21 Empresarial (2004); ▪ Objetivos do Milênio (2004); ▪ Princípios do Equador (2005); ▪ Pacto pelo Combate ao Trabalho Escravo (2005); ▪ Programa Pró-Equidade de Gênero (2007); ▪ Programa Brasileiro GHG Protocol (2008); ▪ Plataforma Empresas pelo Clima – EPC (2009); ▪ Caring for Climate (2009); ▪ PRI (2010); ▪ The CEO Water Mandate (2010); ▪ Programa Água Brasil (2010); ▪ Acordo Marco Internacional UNI Américas (2011); ▪ Conselho Mundial da Água (2011); ▪ Princípios de Empoderamento das Mulheres (2010). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pacto pela Erradicação do Trabalho Escravo (2008); ▪ PRI (2008); ▪ Código Abrasca de Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas (2008); ▪ GHG Protocol (2009); ▪ Emerging Markets Disclosure Project (2010); ▪ Pacto Global; ▪ Protocolo Verde; ▪ UNEP Finance Initiative – United Nations Environmental Program.

continuação

Indicadores	BB	Itaú
Normas e Standards	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GRI (2006); ▪ ISO 9002; ▪ ISO 14001; ▪ ISO 20000. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ AA1000 (2006); ▪ GRI (2008); ▪ ISO 9002 – Análise de Risco Socioambiental (2010); ▪ ISO 14001 – Centro Administrativo Tatuapé (2010); ▪ ISO 9001 – Ouvidoria e Avaliação de Fornecedores (2011).
Índices de Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ISE (2005); ▪ CDP (2005); ▪ Novo Mercado (2006); ▪ IGC; ▪ IGCT; ▪ ICO2 (2010). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ DJSI (1999); ▪ ISE (2005); ▪ CDP (2008); ▪ Nível 1 de Governança Corporativa; ▪ IGC; ▪ IGCT; ▪ ICO2.

Fonte: Banco do Brasil (2012), Itaú (2012).

Os bancos estaduais conforme demonstrado na tabela abaixo ainda demonstram pouca aderência aos princípios, pactos, protocolos, normas, *standards* e índices de sustentabilidade existentes. O BRB prevê para os próximos anos a adesão ao Protocolo Verde e ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. O Banrisul prevê a adesão ao Pacto Global e aos Princípios do Equador. Pode-se concluir que essas instituições nos últimos anos iniciaram o processo de inserção da sustentabilidade em suas ações corporativas e que estão iniciando um processo que os principais bancos do país já têm consolidados. O quadro 12 lista os principais indicadores de sustentabilidade nos quais essas instituições financeiras foram classificadas.

QUADRO 12. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE BANCOS ESTADUAIS EM 2011

Indicadores	Banrisul	Banestes	BRB	Banese	Banpará
Princípios e Protocolos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Protocolo Verde (2009). 	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Carta de Princípios de Responsabilidade Socioempresarial. 	-	-
Normas e Standards	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GRI (2011). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ NBR 15999. 	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ NBR 15999; ▪ ISO 27001. 	-
Índices de Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ IGC; ▪ IGCT; ▪ Nível 1 de Governança Corporativa. 	-	-	-	-

Fonte: Banrisul (2012), Banestes (2012), Banese (2012), BRB (2012), Banpará (2012).

6.1.7.8. Reconhecimentos Nacionais e Internacionais

As instituições financeiras avaliadas ainda destacam em seus relatórios e sites institucionais o recebimento de prêmios e reconhecimentos nacionais e internacionais pelas suas ações sustentáveis, bem como, o recebimento de reconhecimentos pelo seu desempenho econômico.

No quadro 13 são destacados os principais reconhecimentos em sustentabilidade corporativa, a nível econômico, social e ambiental.

Dentre os principais podem-se destacar que as Revistas Valor Econômico, Financial Times, Exame, New Economy, Euromoney, América Economia Intelligence e Dinheiro se sobressaem como importantes veículos de comunicação nas áreas de economia, finanças e negócios no Brasil e no mundo, por esse motivo foram selecionadas; os índices lançados pela BM&F Bovespa que incentivam à condução de negócios em sinergia com a sustentabilidade corporativa possuem elevado reconhecimento nacional; instituições como o IFC (membro do Banco Mundial) tem reconhecimento mundial por ser a maior instituição voltada ao desenvolvimento global, focada no setor privado e nos países em desenvolvimento; o *Sustainable Asset Management* – SAM é uma empresa voltada para investimentos sustentáveis; finalmente, outros reconhecimentos importantes são concedidos pelo Governo Federal, reconhecendo que essas empresas adotam práticas sustentáveis.

QUADRO 13. PRINCIPAIS RECONHECIMENTOS SUSTENTÁVEIS EM 2011

Instituição	Principais Reconhecimentos Sustentáveis
BB	<ul style="list-style-type: none"> ▪ The Sustainability Yearbook (Sustainable Asset Management – SAM) – Líder em Sustentabilidade – Categoria Bancos (2011-2012); ▪ Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) (BM&F Bovespa) (2005-2012); ▪ 100 Empresas de Maior Prestígio no Brasil 2011-2012 (Revista Época Negócios) – 7º lugar; ▪ Índice Carbono Eficiente (ICO2) (BM&F Bovespa) (2010-2012); ▪ Selo Empresa Amiga da Criança (Fundabrig) (2004-2012); ▪ Selo Pró-Equidade de Gênero (OIT) (2007/2008); ▪ Revista Valor 1000 (Revista Valor Econômico) – 1º entre os 100 maiores bancos do país (2011); ▪ Ranking dos 250 maiores Bancos da América Latina (América Economia Intelligence) 1º lugar (2011).
Itaú	<ul style="list-style-type: none"> ▪ FT/IFC Sustainable Finance Awards (Financial Times e IFC) – Prêmio Banco Sustentável do Ano na categoria Regional das Américas (2012, 2011) e categoria Mundial (2011); ▪ The Sustainability Yearbook (Sustainable Asset Management – SAM) – Líder em Sustentabilidade – Categoria Bancos (2011-2008); ▪ World Business and Development Awards (International Chamber of Commerce) – Prêmio pelas contribuições para os Objetivos do Milênio – Categoria Especial Brasil; ▪ Prêmio Sustainability Commercialized (Ethical Corporation Awards) (2011); ▪ 20 Empresas Modelo em Sustentabilidade 2011 (Revista Exame – Guia Exame de Sustentabilidade); ▪ Ranking Top 1000 World Banks (Revista The Banker) – Prêmio de Banco do Ano de 2011 no Brasil e na América Latina; ▪ Dow Jones Sustainability Index (DJSI) (NYSE) (1999-2011); ▪ Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) (BM&F Bovespa) (2005-2012); ▪ Índice Carbono Eficiente (ICO2) (BM&F Bovespa); ▪ New Economy Sustainable Finance Awards (Revista New Economy) – Grupo Bancário mais Sustentável do Brasil e Gestor de Investimentos mais Sustentável do Brasil (2011); ▪ Best Managed Companies in Latin America (Revista Euromoney) – 1º lugar nas categorias Bancos e Serviços Financeiros e Melhor Instituição em Governança Corporativa (2006-2011); ▪ Prêmio Melhor Amigo do Esporte nos Estados – São Paulo (Ministério do Esporte) (2011); ▪ Revista Valor 1000 (Revista Valor Econômico) – 2º entre os 100 maiores bancos do país (2011); ▪ Ranking dos 250 maiores Bancos da América Latina (América Economia Intelligence) 2º lugar (2011).
Banrisul	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prêmio Melhor Amigo do Esporte nos Estados – Rio Grande do Sul (Ministério do Esporte) (2011); ▪ Global Banking 500 (Brand Finance) - 319ª posição entre as 500 maiores instituições financeiras em vários países (2011); ▪ Ranking Revista Forbes – 1.438º lugar entre as 2 mil maiores empresas do mundo; ▪ Ranking As 50 marcas mais valiosas do Brasil (Revista Dinheiro e Consultoria BrandAnalytics) (2011); ▪ Ranking Melhores e Maiores de 2011 (Revista Exame) – Entre as 100 maiores empresas do país; ▪ Revista Valor 1000 (Revista Valor Econômico) – 11ª entre os 100 maiores bancos do país (2011); ▪ Ranking dos 250 maiores Bancos da América Latina (América Economia Intelligence) 25º lugar (2011).

continuação

Instituição	Principais Reconhecimentos Sustentáveis
Banestes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recebeu o reconhecimento Melhor Amigo do Esporte nos Estados Espírito Santo em 2011 (Ministério do Esporte); ▪ Revista Valor 1000 (Revista Valor Econômico) – 25ª entre os 100 maiores bancos do país (2011); ▪ Ranking dos 250 maiores Bancos da América Latina (América Economia Intelligence) 92º lugar (2011).
Banese	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Revista Valor 1000 (Revista Valor Econômico) – 56º entre os 100 maiores bancos do país (2011); ▪ Ranking dos 250 maiores Bancos da América Latina (América Economia Intelligence) 179º lugar (2011).
BRB	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Revista Valor 1000 (Revista Valor Econômico) – 33º entre os 100 maiores bancos do país (2011); ▪ Ranking dos 250 maiores Bancos da América Latina (América Economia Intelligence) 93º lugar (2011).
Banpará	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Revista Valor 1000 (Revista Valor Econômico) – 63º entre os 100 maiores bancos do país (2011); ▪ Ranking dos 250 maiores Bancos da América Latina (América Economia Intelligence) 195º lugar (2011).

Fonte: Banco do Brasil (2012), Itaú (2012), Banrisul (2012), Banestes (2012), Banese (2012), BRB (2012), Banpará (2012).

6.2. Grau de Sustentabilidade dos Bancos

O grau de sustentabilidade seguirá a metodologia estabelecida no presente trabalho. Após a avaliação teórica de cada um dos 17 quesitos destacados, passou-se à avaliação quantitativa, através da atribuição de notas a cada um dos quesitos. Na tabela 14 destacam-se as notas obtidas com base na avaliação de cada quesito, de forma a obter a pontuação final e o seu grau de sustentabilidade, concluindo então se a instituição pode ser considerada como sustentável.

TABELA 14. GRAU DE SUSTENTABILIDADE DE CADA INSTITUIÇÃO

Item	BB	Itaú	Banrisul	Banestes	Banese	BRB	Banpará
Missão	10	10	8	8	8	8	8
Áreas de Atuação	5	5	4	4	3	3	2
Histórico e Composição Acionária	5	5	5	5	5	5	5
Estrutura Física e Regiões de Atuação	4	3	3	3	3	3	3
Estrutura Funcional	4	4	4	4	4	4	4
Demonstrações Contábeis e Financeiras	10	10	10	10	10	10	10
Índices Econômicos e Financeiros	8	8	6	6	6	8	6
Rating Corporativo	8	8	8	6	6	6	6
Carteiras de Crédito	10	6	8	6	8	8	6
Estratégia Corporativa Sustentável	15	15	15	9	9	9	9
Estrutura Organizacional Sustentável	15	15	15	3	3	15	3
Políticas Sustentáveis	12	12	9	9	9	9	9
Transparência	15	15	12	6	6	6	6
Produtos Sustentáveis	12	12	9	6	6	6	6
Práticas de Sustentabilidade	12	12	12	6	9	9	6
Indicadores de Sustentabilidade	15	15	6	6	6	6	6
Reconhecimentos	8	10	4	4	4	4	4
Nota Final	168	165	138	101	105	119	99

Considerando a pontuação acima, obtida por cada uma das instituições, pode-se ordenar por grau de sustentabilidade da seguinte forma conforme demonstrado na tabela 15 abaixo.

TABELA 15. GRAU DE SUSTENTABILIDADE

Classificação	Instituição	Nota Final	Grau de Sustentabilidade
1°	BB	168	Elevado
2°	Itaú	165	
3°	Banrisul	138	Médio
4°	BRB	119	Razoável
5°	Banese	105	
6°	Banestes	101	
7°	Banpará	99	

O BB atingiu a nota de 168 pontos por ser a instituição que demonstrou possuir um grau de sustentabilidade elevado, e, que está engajada com a inserção da sustentabilidade em seus negócios. Teve perda de pontos

em oito quesitos aonde se considera que a empresa ainda pode obter melhorias, como por exemplo: estrutura física e regiões de atuação, estrutura funcional, índices econômicos e financeiros, rating, políticas, produtos, práticas e reconhecimentos, de qualquer forma a instituição obteve nota 4 nesses quesitos, alcançando a liderança dentre os bancos avaliados.

O Itaú apesar de ser reconhecido internacionalmente como banco sustentável perdeu pontos no quesito estrutura física, por somente abranger 25% do território nacional (enquanto o BB tem uma abrangência de 97% do território nacional), e, no quesito carteira de crédito, já que a sua carteira de desenvolvimento é de 4% (enquanto o BB tem uma carteira de desenvolvimento que alcança 24%), sendo esta carteira a que engloba grande parte dos produtos sustentáveis. Ainda, obteve nota 4 nos quesitos estrutura funcional, índices econômicos e financeiros, rating, políticas, produtos e práticas sustentáveis, já que se entende que a empresa ainda pode obter melhorias.

O Bradesco perdeu pontos em treze quesitos, em virtude de concluir que: ainda não adequou totalmente a sua missão às questões ambientais; o banco não atua na área de previdência; atua de forma ainda concentrada em uma região, apesar de ter iniciado o seu processo de expansão para outros estados e para o exterior; os seus índices econômicos e financeiros são satisfatórios; ainda pode melhorar o desempenho de sua carteira de desenvolvimento e o seu rating corporativo; ajustes nas políticas serão necessários para que a instituição demonstre estar realmente engajada com a sustentabilidade em todas as suas ações, principalmente em seus negócios; há necessidade de maior transparência em suas ações; os seus produtos sustentáveis ainda podem ser mais bem estruturados e diversificados, já que atualmente concentram-se na área de fomento; ainda precisa desenvolver mais práticas sustentáveis; possui pouca aderência aos indicadores de sustentabilidade, sendo importantes para destacar o seu engajamento com a sustentabilidade; os reconhecimentos obtidos pela instituição são de nível nacional. Pela pontuação obtida pode-se observar que a instituição já alcançou um grau de sustentabilidade médio.

O Itaú obteve notas abaixo da máxima em quinze quesitos já que: demonstra em sua missão um elevado grau de comprometimento com o

Governo do Estado, e falta comprometimento com o desenvolvimento sustentável; atua em praticamente todas as áreas, aquelas aonde ainda não atua não influenciam grandemente na sua sustentabilidade; atua de forma ainda concentrada em uma região; pode ainda melhorar sua estrutura funcional; a instituição precisa ainda melhorar os seus índices econômicos e financeiros e seu rating, apesar de serem satisfatórios; a carteira de crédito é concentrada na carteira comercial, faltando maior comprometimento com a área de desenvolvimento; o compromisso com a responsabilidade socioambiental ainda não está completamente estruturado e consolidado na instituição; não possui em sua estrutura uma área específica para tratar da sustentabilidade; as suas políticas ainda não foram ajustadas à sustentabilidade corporativa; falta transparência em suas informações institucionais; possui poucos produtos com o viés sustentável; em comparação com os demais bancos ainda precisa desenvolver mais práticas sustentáveis; não aderiu a indicadores de sustentabilidade; e, seus reconhecimentos possuem baixo valor agregado para a instituição a nível de sustentabilidade. Resultando em um grau de sustentabilidade razoável.

O Banestes obteve notas abaixo da máxima em quinze quesitos já que: apesar de inserir o conceito de desenvolvimento sustentável em sua missão, na prática, demonstra um elevado grau de comprometimento com o Governo do Estado; atua em praticamente todas as áreas, aquelas aonde ainda não atua não influenciam grandemente na sua sustentabilidade; atua de forma ainda concentrada em uma região; pode ainda melhorar sua estrutura funcional; a instituição precisa ainda melhorar os seus índices econômicos e financeiros e seu rating, apesar de serem satisfatórios; a carteira de crédito é concentrada na carteira comercial, faltando maior comprometimento com a área de desenvolvimento; o compromisso com a responsabilidade socioambiental ainda não está completamente estruturado e consolidado na instituição; não possui em sua estrutura uma área específica para tratar da sustentabilidade; as suas políticas ainda não foram ajustadas à sustentabilidade corporativa; falta transparência em suas informações institucionais; possui poucos produtos com o viés sustentável; em comparação com os demais bancos ainda precisa desenvolver mais práticas sustentáveis; não aderiu a indicadores de sustentabilidade; e, seus reconhecimentos

possuem baixo valor agregado para a instituição a nível de sustentabilidade. Resultando em um grau de sustentabilidade razoável.

O BRB obteve notas abaixo da máxima em catorze quesitos já que: apesar de inserir o conceito de desenvolvimento sustentável em sua missão, na prática, demonstra um elevado grau de comprometimento com o Governo do Estado; atua em praticamente todas as áreas, aquelas aonde ainda não atua não influenciam grandemente na sua sustentabilidade; atua de forma extremamente regionalizada, somente no Distrito Federal; pode ainda melhorar sua estrutura funcional; atividades a instituição precisa ainda melhorar os seus índices econômicos e financeiros e seu rating, apesar de serem satisfatórios; o compromisso com a responsabilidade socioambiental ainda não está completamente estruturado e consolidado na instituição; as suas políticas ainda não foram totalmente ajustadas à sustentabilidade corporativa; falta transparência em suas informações institucionais; possui poucos produtos com o viés sustentável; em comparação com os demais bancos ainda precisa desenvolver mais práticas sustentáveis; não aderiu a indicadores de sustentabilidade; e, seus reconhecimentos possuem baixo valor agregado para a instituição a nível de sustentabilidade. Resultando em um grau de sustentabilidade razoável.

O Banpará obteve notas abaixo da máxima em quinze quesitos já que demonstra em sua missão estar comprometido com as políticas de fomento e desenvolvimento socioeconômico do estado e atuar com responsabilidade social, na prática, demonstra um elevado grau de comprometimento com o Governo do Estado e com a sua área comercial; atua principalmente na área comercial, necessitando fortalecer a área de desenvolvimento; atua de forma regionalizada, necessitando abranger mais municípios dentro do estado do Pará; pode ainda melhorar sua estrutura funcional; a instituição precisa ainda melhorar os seus índices econômicos e financeiros e seu rating, apesar de serem satisfatórios; a carteira de crédito é concentrada na carteira comercial, faltando maior comprometimento com a área de desenvolvimento; o compromisso com a responsabilidade socioambiental ainda não está completamente estruturado e consolidado na instituição; não possui em sua estrutura uma área específica para tratar da sustentabilidade; as suas políticas ainda não foram totalmente ajustadas à

sustentabilidade corporativa; falta transparência em suas informações institucionais; possui poucos produtos com o viés sustentável; em comparação com os demais bancos ainda precisa desenvolver mais práticas sustentáveis; não aderiu a indicadores de sustentabilidade; e, seus reconhecimentos possuem baixo valor agregado para a instituição a nível de sustentabilidade. Resultando em um grau de sustentabilidade razoável.

Com base nas informações extraídas dos documentos disponibilizados publicamente pelas instituições financeiras avaliadas, pode-se observar que os bancos estaduais ainda precisam alavancar a sustentabilidade dentro de seus processos, os principais bancos avaliados neste trabalho, possuem um nível superior de sustentabilidade.

O envolvimento dos bancos estaduais com a sustentabilidade pode se tornar uma grande oportunidade de negócios, contribuindo para a melhoria da imagem institucional, e, principalmente junto aos seus acionistas majoritários (Governo do Estado) que desejam que essas instituições estimulem cada vez mais o desenvolvimento econômico e social de seus Estados.

Os bancos estaduais já possuem grande força como bancos comerciais e de varejo em seus Estados, e, atuam como indutores do desenvolvimento econômico e social há perspectivas de melhoria de sua atuação nos seus estados, com a adoção de mais práticas sustentáveis que estejam atreladas a todo o seu modelo de negócios.

Pode-se concluir que todos os bancos avaliados no presente trabalho são sustentáveis, alguns em um grau mais elevado que outros, especialmente os bancos estaduais devem ainda percorrer um caminho para alcançar um melhor grau de sustentabilidade, no entanto, todos esses bancos apresentam boas perspectivas de crescimento de sua sustentabilidade ao longo dos anos.

6.3. Perspectivas para os Bancos Estaduais

Levando em consideração as observações realizadas durante o presente trabalho, pode-se concluir que para que os bancos estaduais que não atingiram uma pontuação que os classificasse como com sustentabilidade

elevada, ficando o Bannisul classificado como com grau de sustentabilidade médio e os demais com grau de sustentabilidade razoável, necessitando ainda cumprir com determinadas exigências, as quais lhe permitirão alavancar a sustentabilidade nas instituições, são elas:

- a) Conscientização da alta administração quanto à necessidade de adoção de práticas sustentáveis, que trazem retornos de imagem e financeiros à instituição;
- b) Definição das estratégias corporativas sustentáveis da instituição;
- c) Revisão da estrutura organizacional de forma a inserir a sustentabilidade em todas as áreas da instituição;
- d) Revisão e elaboração das políticas institucionais, inserindo a sustentabilidade;
- e) Disseminação das estratégias e políticas revisadas sob a ótica da sustentabilidade, interna e externamente;
- f) Acompanhar a evolução do processo de inserção da sustentabilidade na empresa e estabelecer metas;
- g) Ouvir os diversos *stakeholders* envolvidos direta e indiretamente às práticas da instituição;
- h) Avaliar os produtos e serviços existentes inserindo o viés da sustentabilidade e, lançar novos produtos e serviços sustentáveis, buscando atrair novos públicos e auferir maior rentabilidade;
- i) Buscar o enquadramento em princípios, protocolos, *standards*, códigos, selos, normas e índices de sustentabilidade, a nível nacional e internacional;
- j) Buscar o reconhecimento de suas ações sustentáveis junto a entidades nacionais e internacionais;
- k) Manter o crescimento econômico da instituição.

7. CONCLUSÕES

A preocupação dos bancos com a sustentabilidade e com a responsabilidade socioambiental não é nova, os principais bancos do país passaram progressivamente a inserir esses conceitos em todas as suas práticas.

É crescente o interesse dessas instituições com a sustentabilidade, bem como, existe uma grande pressão por parte de acionistas, investidores, fornecedores, clientes e pela sociedade em geral para que as instituições e tornem efetivamente comprometidas com as práticas sustentáveis.

Foram selecionadas duas das maiores instituições do país e os cinco bancos estaduais remanescentes para avaliação do seu grau de sustentabilidade.

Foi realizado um levantamento de informações no qual foi possível identificar dezessete quesitos que demonstram a sustentabilidade dessas empresas. Com base na avaliação individual desses quesitos foram distribuídos pesos e notas, que culminaram na obtenção de uma nota final, definida como o grau de sustentabilidade de cada instituição, sendo ainda estabelecido um ranking de sustentabilidade.

A nota obtida demonstrou que comparando a atuação dos bancos estaduais com a dos dois principais bancos do país, que os bancos estaduais ainda não adotam em todo o seu modelo de negócios, práticas sustentáveis que lhes garanta a visibilidade como bancos totalmente sustentáveis, já que obtiveram classificação como sustentáveis a nível médio e razoável, enquanto que os principais bancos obtiveram uma classificação de nível de sustentabilidade elevado.

Os bancos estaduais diferem desses dois principais bancos, BB e Itaú, que são considerados sustentáveis, por elaborarem anualmente Relatórios de Sustentabilidade, aparecerem dentre as principais empresas eficientes econômica e ambientalmente equilibradas, socialmente justas e culturalmente aceitas, e, figuram dentre as principais empresas classificadas nos principais índices de sustentabilidade do mercado.

Para que os bancos estaduais alcancem graus de sustentabilidade superiores deverão adotar medidas para adequar as suas estratégias, estrutura

organizacional, cultura, passando pela capacitação de seus funcionários e estreitamento de seu relacionamento e diálogo com os seus *stakeholders*.

Como sugestão para futuros trabalhos recomenda-se que haja avaliação por outros especialistas para ajuste dos resultados e reavaliação dos itens e seus respectivos pesos, já que se trata de uma proposta inicial para avaliação do grau de sustentabilidade dos bancos.

8. REFERÊNCIAS

ACCOUNTABILITY. Disponível em: <<http://www.accountability.org/>>. Acessado em: 25/jul/2012.

ARAUJO, M. R. M. de. Exclusão social e responsabilidade social empresarial. **Psicologia em Estudo**. Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá. Vol. 11, nº 2, pg. 417-426, maio a agosto de 2006. Maringá: Paraná.

BACEN. Disponível em: <<http://www.bc.gov.br/>>. Acessado em: 09/07/2012.

BANCO DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>>. Acessado em: 07/08/2012.

BANESE. Disponível em: <<http://www.banese.com.br>>. Acessado em: 17/07/2012.

BANESTES. Disponível em: <<http://www.banestes.com.br>>. Acessado em: 27/07/2012.

BANKTRACK. Declaração de Collevocchio sobre as instituições financeiras e a sustentabilidade. Disponível em: <www.banktrack.org/download/collevocchio_declaration_portuguese/declaracao_de_collevocchio.pdf>. Acessado em: 16/07/2012.

BANPARÁ. Disponível em: <<http://www.banparanet.b.br>>. Acessado em: 08/07/2012.

BANRISUL. Disponível em: <<http://www.banrisul.com.br>>. Acessado em: 01/08/2012.

BARBIERI, J. C.; VASCONCELOS, I. F. G. de; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F. C. Inovação e sustentabilidade: Novos modelos e

proposições. **Revista Administração de Empresas**. Vol. 50, nº 2. São Paulo: São Paulo. Abril a junho de 2010.

BASSETO, L. I. A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia – COPEL. **Gestão & Produção**. Universidade Federal de São Carlos. Vol. 17, nº 3, pg. 639-651. São Carlos: São Paulo. 2010.

BMF BOVESPA. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br>>. Acessado em: 25/jul/2012.

BOUMA, J. J.; JEUCKEN, M.; e, KLINKERS, L. **Sustainable banking: The greening of finance**. Editora Greenleaf. England. 2001.

BRB. Disponível em: <<http://www.brb.com.br>>. Acessado em: 06/08/2012.

BUENO, E. L.; SERPA, P. T.; SENA, R. B.; OLIVEIRA, R. J. B.; e, SOEIRO, S. A responsabilidade social e o papel da comunicação. In: Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades (pg. 273-302). Instituto Ethos. São Paulo: Petrópolis. 2002.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. **Revista Estudos Avançados**. Vol. 26, nº 74. São Paulo: São Paulo. 2012.

CDP. *Carbon Disclosure Project*. Disponível em: <http://www.cdproject.net>>. Acessado em: 24/07/2012.

COLOMBO, S. B. O princípio da precaução no Direito Ambiental. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/5879/o-principio-da-precaucao-no-direito-ambiental>>. Acessado em: 14/08/2012.

DIAS, M. A.; MACHADO, E. L. Princípios do equador: sustentabilidade e impactos na conduta ambiental dos bancos signatários brasileiros. Disponível em:

<<http://www.financassustentaveis.com.br/download/ArtigoMarcoAntonio.pdf>>.

Acessado em: 16/07/2012

DIEESE. Desempenho dos cinco maiores bancos em 2011. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/desempenhoBancos2011.pdf>. Acessado em 20/07/2012.

DJSI. Disponível em: <<http://www.sustainability-indexes.com/>>. Acessado em: 24/jul/2012.

ETHOS. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/>>. Acessado em: 26/jul/2012.

FEBRABAN. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/>>. Acessado em: 23/jul/2012.

FÉLIX, L. F. F. O ciclo virtuoso do desenvolvimento responsável. In: Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades (pg. 13-42). Instituto Ethos. São Paulo: Petrópolis. 2002.

FITCHRATING. Disponível em: <www.fitchratings.com.br/pages/rtg_definitions>. Acessado em: 15/ago/2012.

FONSECA, A. M.; SPECHT, J. R. M.; ANDRADE, J. C. de O. S. de; OKAZAKI, T. M. S. Os indicadores do desenvolvimento sustentável para a formulação de políticas públicas na visão do Estado, sociedade civil e empresas privadas: Complementares ou antagônicos? In: II Seminário de Sustentabilidade. Curitiba: Paraná. Setembro de 2007.

IFC. *International Finance Corporation*. Sustainability snapshot. Disponível em: <<http://www.ifc.org/>>. Acessado em: 18/07/2012.

IFC. *International Finance Corporation*. Princípios do Equador. Disponível em: <<http://www.equator-principles.com>>. Acessado em 15/07/2012.

ISO. Disponível em: <<http://www.iso.org/>>. Acessado em: 25/jul/2012.

ITAÚ. Disponível em: <<http://www.itaubr.com.br>>. Acessado em: 11/08/2012.

GARNIER, C. de A. Responsabilidade social e ambiental da empresa. Disponível em: <<http://www.cenedcursos.com.br/responsabilidade-social-e-ambiental-da-empresa.html>>. Acessado em: 07/09/2012.

GRI. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/>>. Acessado em: 23/jul/2012.

LUZ, I. da; VIDEIRA, S. L. A Privatização dos Bancos Estaduais no Brasil. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area01/1078_Luz_Ivoir_da.pdf>. Acessado em: 15/08/2012.

MATTAROZZI, V.; TRUNKL, C. **Sustentabilidade nos negócios no setor financeiro: um caso prático**. Organização Victorio Mattarozzi e Cássio Trunkl. São Paulo; Annablume; Brasília: BNDES, 2007.

MATTAROZZI, V.; TRUNKL, C. **Sustentabilidade no setor financeiro: gerando valor e novos negócios**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2008.

MENDONÇA, P. M. de. O marketing e sua relação com o social: dimensões conceituais e estratégicas. In: Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades (pg. 147-169). Instituto Ethos. São Paulo: Petrópolis. 2002.

MIRANDA, R.; ABDALA, E. C.; WIMMERSBERGER, D. A.; e, SILVA, N. C. O discurso da sustentabilidade: o que nos diz as ações das empresas

sustentáveis do guia exame de sustentabilidade no período de 2002 a 2010? In: XIV SEMEAD – Seminários em Administração. São Paulo: São Paulo. Outubro de 2011.

NEVES, L. S.; KLEINMAYER, L. A. M.; TOCACH, R. A transição do desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável. In: II Seminário de Sustentabilidade. Curitiba: Paraná. Setembro de 2007.

OLIVEIRA, J. A. P. de. **Empresas na Sociedade**: Sustentabilidade e responsabilidade social. Rio de Janeiro: Elsevier, 2ª reimpressão. 2008.

ONU. A ONU e o meio ambiente. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>>. Acessado em: 15/jul/2012.

PACTO GLOBAL. Disponível em: <<http://www.pactoglobal.org.br/>>. Acessado em: 23/jul/2012.

PAIVA, A. C. R. de. As atividades bancária e empresarial e o desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração**. Vol. 45, nº 3, pg. 297-304. São Paulo. Jul/ago/set de 2010.

SAVITZ, A.; e, WEBER, K. **A empresa sustentável: O verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental**. Campus. Rio de Janeiro. 2007.

SOCIAL ACCOUNTABILITY. Disponível em: <<http://www.sa-intl.org>>. Acessado em: 24/jul/2012.

STANDARDANDPOORS. Disponível em: <<http://www.standardandpoors.com>>. Acessado em: 06/set/2012.

STRUMINSKI, E. Os discursos sobre a sustentabilidade: No Brasil e na região metropolitana de Curitiba, de 1500 aos dias atuais. Tese (Doutorado e Meio

Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná. Curitiba: Paraná. 2006.

TERRA FORUM. Casos Sustentáveis. Disponível em: <http://www.terraforum.com.br/biblioteca/documents/casos_sustentaveis.pdf>. Acessado em: 22/07/2012.

TOLDO, M. Responsabilidade social empresarial. In: Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades (pg. 71-102). Instituto Ethos. São Paulo: Petrópolis. 2002.

TOSINI, M. de F. C. Risco ambiental para as instituições financeiras bancárias. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia. Unicamp. Campinas. 2005.

UMEDA, G. M.; TRINDADE, C. C. Possíveis definições para as políticas empresariais: Um estudo bibliográfico. Trabalho Científico. Política dos Negócios e Economia de Empresas. In: VII SEMEAD. São Paulo. 2004.

UN GLOBAL COMPACT. Disponível em: <<http://www.unglobalcompact.org>>. Acessado em: 23/jul/2012.

UNPRI. Disponível em: <<http://www.unpri.org/>>. Acessado em: 23/jul/2012.

VEIGA, J. E. da. Indicadores de Sustentabilidade. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. **Revista Estudos Avançados**. Vol. 24, nº 68. São Paulo: São Paulo. 2010.

WCED. Our Common Future. Report of the World Commission on Environment and Development. Oxford University Press. Oxford. 1987.

ZAMBON, B. P.; e, RICCO, A. S. Sustentabilidade empresarial: uma oportunidade para novos negócios. Artigos Técnicos. Conselho Regional de Administração do Espírito Santo (CRA-ES). Disponível em: <<http://craes.org.br/interna/artigosTecnicos.php>>. Vitória, ES. 2010.

APÊNDICE I. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE BB E ITAÚ EM 2011

Práticas	BB	Itaú
Econômicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adesão ao Regulamento do Novo Mercado da BM&F Bovespa, favorecendo a presença das ações em índices; ▪ Plano de Sustentabilidade; ▪ Código de Governança Corporativa; ▪ BB 2.0 – Programa de Transformação do Varejo; ▪ Implanta metodologias de valoração da marca BB. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto Eficiência; ▪ Adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa; ▪ Política Corporativa de Avaliação de Produtos-Operações-Processos; ▪ Política de Sustentabilidade; ▪ Política Corporativa de Risco Socioambiental; ▪ Política de Gestão e Controle de Riscos; ▪ Desenvolvimento do Mapa de Sustentabilidade.
Sociais: Para a sociedade em geral	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promove o Fórum da Agricultura Familiar; ▪ Patrocínio ao programa Catando a Cidadania; ▪ Patrocínio ao programa Numiã-Kurá; ▪ Patrocínio ao programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável nas Comunidades do açude de Jacurici; ▪ Patrocínio ao programa Costurando a Vida; ▪ Patrocínio ao Projeto Coleta de Óleo Residual e Fábrica de Sabão Ecológico; ▪ Patrocínio ao programa Balde Cheio – Mais Qualidade; ▪ Patrocínio ao programa Tecendo Novos Caminhos; ▪ Presente no Facebook, Youtube e Twitter; ▪ Destina recursos aos Fundos da Infância e Adolescência – FIA; ▪ Promove o Prêmio Valores do Brasil; ▪ Apoio às vítimas de calamidades climáticas; ▪ Promove o Programa AABB Comunidade; ▪ Programa BB Educar – Programa de Inclusão Digital; ▪ Publica anualmente edital para seleção pública de projetos a serem patrocinados. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Doações para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA; ▪ Programa Transparência 100%; ▪ Manutenção do Instituto Assistencial Pedro de Perna; ▪ Presente no Facebook, Youtube e Twitter; ▪ Programa Itaú Social; ▪ Apoio a projetos voltados para assistência social, educação, cultura, promoção à integração ao mercado de trabalho e defesa do meio ambiente; ▪ Olimpíada da Língua Portuguesa – Escrevendo o Futuro; ▪ Programa Uso Consciente do Dinheiro; ▪ Guias Uso Consciente do Dinheiro nas agências e novo site; ▪ Programa Itaú Finanças Sustentáveis; ▪ Programa de Gestão de Crises e Reputação; ▪ Reforma do Parque Municipal Prefeito Mário Covas e da estufa do Viveiro Manequinho Lopes; ▪ Manutenção do Parque Lina e Paulo Raia; ▪ Patrocínio a Palestras educativas em Expo Moneys; ▪ Campanha de comunicação e educação sobre investimentos e previdência; ▪ Meu Guru da Grana (websérie); ▪ Lançamento do novo site Universitário Itaú; ▪ Apoio a afetados por enchentes no RJ; ▪ Contribuições a partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas; ▪ Diálogo com o Legislativo e o Executivo; ▪ Programa Jovens Urbanos; ▪ Prêmio Itaú-Unicef; ▪ Incentivo a 4 mil bibliotecas, de escolas públicas ou organizações sociais; ▪ Itaú Criança; ▪ Programa Comunidade; ▪ Patrocínio ao Clube A (terceira idade).
Sociais: Para projetos culturais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ AABB em Tela; ▪ Vozes do Brasil; ▪ Patrocínio a projetos realizados CCBBs. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituto Itaú Cultural; ▪ Instituto Unibanco de Cinema; ▪ Patrocinador do festival de música Rock in Rio; ▪ Apoio ao Carnaval de rua do Rio de Janeiro; ▪ Apoio a Feira Literária Internacional de Paraty, na Bahia; ▪ Apoio ao Carnaval de Salvador; ▪ Apoio ao Festival de Teatro de Curitiba; ▪ Apoio ao Festival de Dança de Joinville; ▪ Realização de Exposições (Coleção Brasileira Itaú, Fotografias Modernistas, Brasileira Fauna e Flora, O Egito sob o Olhar de Napoleão, Arte Cibernética – Acervo de Arte e Tecnologia do Itaú Cultural e 1911-2011 Arte Brasileira e Depois, etc.); ▪ Programa Rumos apoia a produção artística nacional; ▪ Projeto Música para Crianças, realizado pelo grupo Mawaca no Itaú Cultural.
Sociais: Para projetos esportivos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Patrocínio ao esporte brasileiro; ▪ Patrocínio às seleções brasileiras de vôlei; ▪ Promoção do Circuito Banco do Brasil Vôlei de Praia; ▪ Patrocínio a duplas de vôlei de praia feminino e masculino; ▪ Patrocínio do iatista Robert Scheidt; ▪ Patrocínio ao Brasil Open de Tênis Internacional; ▪ Projeto Embaixadores do Esporte; ▪ Patrocínio ao futsal; ▪ Patrocínio a corrida de rua; ▪ Apoio ao projeto Escola de Vôlei Bernardino; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Patrocínio a Copa do Mundo de 2014; ▪ Patrocinador oficial da Seleção Brasileira de Beach Soccer; ▪ Patrocínio em parceria com a prefeitura ao projeto “Lagoa em Forma”; ▪ Patrocínio a torneios Sony Ericsson Open e Itaú Masters Tour; ▪ Promoção da Copa Itaú de Tênis Escolar e Universitário; ▪ Centro de Treinamento Itaú – Instituto Tênis.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio ao Núcleo Leões do Vôlei, dos atletas Giba e Emanuel; ▪ Apoio ao Instituto Guga Kuerten.
Sociais: Junto ao corpo funcional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentiva doações para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA; ▪ Treinamento em práticas de negócios e atendimento ▪ Bolsas de graduação, pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) e idiomas estrangeiros ▪ Plano de Educação em Responsabilidade Socioambiental ▪ Promoção de cursos: "Negócios com Cooperativas Rurais", "Negócios com Cooperativas Urbanas", "Programa Coleta Seletiva BB" e "Microcrédito Produtivo Orientado", dentre outros; ▪ Disponibilização de matérias e vídeos educativos na intranet; ▪ Programa E-deia coleta de sugestões para o aprimoramento dos processos na empresa; ▪ Implantação do Sistema GSM – Gestão da Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho; ▪ Elaborado de Mapa de Risco sobre saúde do funcionalismo; ▪ Ações preventivas para a melhor gestão do absenteísmo e da obesidade; ▪ Projeto Voluntários BB; ▪ Campanha de expansão da base de voluntários; ▪ Projeto de Gestão do Desempenho Competências (GDC); ▪ Programa de Ascensão Profissional; ▪ Banco de Talentos e Oportunidades (TAO); ▪ Programa de Certificação Interna de Conhecimentos; ▪ Incentivo à obtenção de certificações legais em investimento (CPA 10 e 20) e certificação em prevenção e combate à lavagem de dinheiro (PCLD); ▪ Fórum Repatriação; ▪ Ações de endomarketing; ▪ Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UniBB); ▪ Programa Caminhos para Aposentadoria; ▪ Programa de Controle do Tabagismo (Tabas) ▪ Programa de Assistência às Vítimas de Assalto e Sequestro (Pavas); ▪ Programa de Reinserção; ▪ Programa de Qualidade de Vida no Trabalho; ▪ Programa de Reconhecimento; ▪ Programa de Reabilitação Profissional; ▪ Promove a negociação coletiva com entidades dos trabalhadores; ▪ Campanhas de sindicalização; ▪ Programa Aprendiz BB; ▪ Programa Estágio de Estudantes; ▪ Redução da jornada de trabalho para amamentação; ▪ Programa de Reconhecimento.
Sociais: Junto aos clientes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio ao Núcleo Leões do Vôlei, dos atletas Giba e Emanuel; ▪ Apoio ao Instituto Guga Kuerten. ▪ Doações para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA; ▪ Pesquisa anual de clima organizacional “Fale Francamente”; ▪ Fortalecimento do conceito de meritocracia; ▪ Programa Uso Consciente do Dinheiro; ▪ Cursos de Educação Financeira; ▪ Disponibilização de ferramentas de controle financeiro, orientador de crédito, controle de gastos e segurança para redução do superendividamento; ▪ Disseminação de melhores práticas; ▪ Encontros entre líderes; ▪ Consultas internas e externas e alinhamento com a alta administração; ▪ Definição de performance sustentável e do mapa de sustentabilidade; ▪ Banco de Ideias Sustentáveis; ▪ Ombudsman; ▪ Programa Portas Abertas; ▪ Treinamento aos seus agentes de crédito (microcrédito); ▪ Programa de certificação focado no conhecimento de produtos e serviços específicos para pessoas jurídicas; ▪ Treinamento sobre sistemas de gestão de risco socioambiental realizado anualmente pelo Interamerican Investment Corporation (IIC) e FGV; ▪ Treinamentos de reciclagem de crédito, com abordagem das questões socioambientais; ▪ Treinamentos à distância, no formato de e-learning, sobre risco socioambiental; ▪ Palestra sobre finanças pessoais; ▪ Programa Executivos em Ação; ▪ Lançamento do Guia Todos pelo Cliente; ▪ Lançamento mensal da Revista Itaú Unibanco; ▪ Lançamento da campanha de endomarketing “Você seria seu próprio cliente?”; ▪ Promoção do Prêmio Todos pelo Cliente; ▪ Programa Jornada Mais Segurança; ▪ Divulgação do Cyber Guia; ▪ Palestras de conscientização, ambientação e comunicação digital; ▪ Programa Oportunidade de Carreira (POC); ▪ Avaliação pelo Planejamento Estratégico de Pessoas (PEP); ▪ Lançamento do Nosso Jeito de Fazer; ▪ Programa de Patrocínio de Mestrado no Exterior (MBA acadêmico, MBA executivo ou mestrado); ▪ Períodos sabáticos com reinserção garantida; ▪ Serviços de colocação no mercado de trabalho, assistência na transição para uma vida sem trabalho; ▪ Curso de requalificação profissional; ▪ Programa de Recapacitação; ▪ Agir (Ação Gerencial Itaú); ▪ Clique Conhecimento; ▪ Programa Momento Saúde; ▪ Teste Dimensões da Vida; ▪ Programa Saúde da Mulher; ▪ Vacinação no posto de trabalho; ▪ Programa Quero Parar de Fumar; ▪ Consultório da Mulher; ▪ Campanha de aferição da pressão arterial; ▪ Curso Bebê a Bordo; ▪ Bebê em casa; ▪ Programa de Ginástica Laboral; ▪ Oficinas de culinária light; ▪ Programa de Nutrição; ▪ Emagrecimento com saúde; ▪ Curso de Primeiros Socorros; ▪ Programa Depende de Você.
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentiva doações para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA; ▪ Expansão da rede de atendimento no país e no exterior; ▪ Aumento da conveniência de atendimento aos seus
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estímulo ao uso de canais virtuais (SMS, Internet); ▪ Remodelação da rede de atendimento de varejo; ▪ Ampliação da rede de agências no país e no exterior; ▪ Consultas internas e externas e alinhamento com a alta

	<p>clientes;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto de Educação Financeira; ▪ Distribuição de cartilhas "Saúde Financeira"; ▪ Criado hotsite com o tema Educação Financeira; ▪ Fóruns de Clientes; ▪ BB Fluvial; ▪ TV Digital; ▪ BB Móvel Terrestre (Correspondentes Móveis). 	<p>administração;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fórum de Clientes; ▪ Diálogos sobre Princípios para o Investimento Responsável; ▪ Segmentação dos clientes, oferecendo um pacote de produtos e serviços adequado a cada nível de renda (Itaú Uniclass, Itaú Personalite); ▪ Disponibilização de ferramentas de controle financeiro, orientador de crédito, controle de gastos e segurança para redução do superendividamento; ▪ Acessibilidade a portadores de necessidades especiais; ▪ Projeto Progredir; ▪ Projeto Extreme Makeover; ▪ Projeto Assessoria de Gestão Sustentável; ▪ Promoção "Benefício Feito por Você"; ▪ Projeto Tudo para Todos; ▪ Chat semanal para clientes e não clientes para esclarecer questões sobre finanças pessoais, como orçamento familiar, investimentos e outros; ▪ Simulador Quanto Tempo até 1 milhão?; ▪ TV Itaú Corretora que veicula programas online sobre educação financeira; ▪ Sessões Aprenda; ▪ Como Investir (Investshop); ▪ Campanha de comunicação e educação sobre investimentos e previdência disponíveis no canal Itaú Invista no YouTube; ▪ Corretora Day nas agências do Personalite; ▪ Participa do Projeto Indicadores Públicos, lançado pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC); ▪ Oficina sobre o uso seguro da internet; ▪ Cyber Guia; ▪ Curso a distância sobre segurança bancária; ▪ Seminário Itaú Empresas; ▪ Programa de Assessoria Empresarial do Itaú Empresas; ▪ Projeto Visão de Sucesso.
<p>Sociais: Junto a fornecedores e stakeholders</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ III Painel de Stakeholders – Encontro anual de engajamento de stakeholders; ▪ Acompanhamento e verificação dos requerimentos socioambientais exigidos nos contratos com fornecedores; ▪ Processo de contratação de fornecedores e prestadores de serviços seguindo critérios imparciais e transparentes; ▪ Exige aos fornecedores o cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, a proteção e preservação do meio ambiente, a não adoção de ações discriminatórias ou trabalho ilegal ou análogo ao escravo e não empregar menores; ▪ Assina com os fornecedores o Acordo de Nível de Serviço (ANS); ▪ Licitações-e; ▪ Canal do Fornecedor. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Engajamento e diálogo com fornecedores; ▪ Inseriu critérios socioambientais na matriz de risco de fornecedores; ▪ Criação do website relação com investidores; ▪ Programa Conheça seu Fornecedor; ▪ Aplica as diretrizes do AA1000; ▪ Materiais informativos, palestras, pesquisas, painéis e fóruns <i>multistakeholders</i> ou fóruns para grupos específicos, diálogos, canais em mídias sociais, negociações, <i>focus groups</i>, <i>joint ventures</i>, parcerias, workshops e processos colaborativos, entre outras; ▪ Programa Diálogo de Sustentabilidade; ▪ Painéis com stakeholders; ▪ Fórum de Debates Direitos do Consumidor.
<p>Ambientais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parcerias com governos para estimular a preservação ambiental local; ▪ Cartão de crédito Ourocard "Origens" produzido com plástico reciclado; ▪ Subprograma Agências Verdes; ▪ Subprograma de Racionalização do Consumo de Energia; ▪ Subprograma de Recondicionamento de Cartuchos e Toner; ▪ Subprograma de Racionalização do Consumo de Água; ▪ Subprograma de Racionalização de Impressão; ▪ Subprograma de Conservação de Energia Elétrica (Procen); ▪ Gerenciamento do consumo de água, papel e energia, da geração de resíduos (intranet); ▪ Subprograma Coleta Seletiva de lixo; ▪ Elabora o inventário das emissões de gases efeito estufa da instituição; ▪ Elabora o relatório de sustentabilidade (GRI); ▪ Criou o Índice de Ecoeficiência – Pegada Ambiental; ▪ Acompanhamento e monitoramento da pegada ecológica do BB; ▪ Estabelece metas de estímulo ao uso mais racional de 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto Bike; ▪ Ampliar as práticas de ecoeficiência nas unidades administrativas; ▪ Desenvolver sistemas que consomem menos energia e utilizam menor quantidade de recursos físicos (insumos); ▪ Ampliar as iniciativas de captação e reuso de águas pluviais; ▪ Projeto de Impressão Responsável; ▪ Substituir as válvulas de descarga em todos os polos administrativos para obter uma economia no consumo de água; ▪ Sistema de Gestão Ambiental, atendimento às cerca de 200 leis ambientais; ▪ Implementação de cerca de 50 normas regulamentadoras (NBRs/NRs); ▪ Gerenciamento e controle de 60 aspectos ambientais; ▪ Confirmação da regularidade de documentos legais originados de órgãos ambientais; ▪ Implantação de objetivos e metas específicos; ▪ Eliminação gradativa dos gases R-22 agressivos à camada de ozônio; ▪ Treinamento presencial e e-learning para colaboradores do CA Tatuapé sobre práticas ambientais;

	<p>recursos;</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Implementa classificação por setor/ atividade econômica de acordo com o risco socioambiental da atividade (alto, médio e baixo);▪ Certificação ISO 14001 de Agências;▪ Projeto Dossiê Eletrônico de Operações;▪ Realização de videoconferências;▪ Aquisições de bens seguindo especificações técnicas sustentáveis;▪ Plantio de árvores e conservação florestal;▪ Uso de veículos flex para o transporte de funcionários;▪ Programa Água Brasil;▪ Participa da campanha Limpa Brasil – Let's Do It!;▪ Inauguração de três Centros de Recuperação Ambiental (viveiros).	<ul style="list-style-type: none">▪ Implantação de controles para destinação de resíduos;▪ Instalação de lavador de gases;▪ Implementação do reuso de águas servidas com o aproveitamento do efluente tratado na reposição das perdas por evaporação em cinco torres de resfriamento;▪ Reciclagem de cerca de 64% de todos os resíduos gerados nas unidades;▪ Análise de Risco Socioambiental;▪ Categorização dos clientes conforme os riscos socioambientais associados aos seus setores de atividade econômica;▪ Incentivo ao uso exclusivo do extrato consolidado eletrônico;▪ Redução dos impactos ambientais referentes aos processos de produção e de descarte do papel;▪ Diminuição do consumo de tinta para impressão;▪ Elabora o relatório de sustentabilidade (GRI);▪ Programa de TI Verde;▪ Campanhas internas e externas de conscientização ambiental.
--	--	---

Fonte: Banco do Brasil (2012), Itaú (2012).

APÊNDICE II. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE BANRISUL, BRB E BANESE EM 2011

Práticas	Banrisul	BRB	Banese
Econômicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adoção do BWS-Workflow para melhoria de processos; ▪ Adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto Relacionamento de Valor, que visa à consolidação da política de responsabilidade socioempresarial; ▪ Carta de Princípios de Responsabilidade Socioempresarial do BRB; ▪ Realização de evento para sensibilização dos gestores para a política de sustentabilidade da instituição. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Busca a melhoria de seus indicadores de sustentabilidade e da garantia de retorno aos seus acionistas; ▪ Busca a otimização dos custos, ampliação das receitas e o fortalecimento do patrimônio líquido; ▪ Ampliação de sua participação no mercado de crédito; ▪ Aumento da base de clientes com rentabilidade; ▪ Solidificação das parcerias com os governos estaduais e municipais; ▪ Reposicionamento no mercado através de novos produtos e serviços, e, a nova marca; ▪ Remodelou seu portal na internet, refletindo um aspecto moderno e interativo; ▪ Aplica as normas NBR 15999 e ISO 27001.
Sociais: Para a sociedade em geral	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa Voluntariado Banrisul; ▪ Projeto Pescar; ▪ Inclusão Bancária (ampliação da rede de atendimento em municípios com desvantagens econômicas e sociais, em localidades distantes); ▪ Unidade Móvel (para atendimento em locais aonde não há estrutura física do banco); ▪ Programa Junior Achievement; ▪ Doação de computadores à comunidade local; ▪ Projeto Banrisul Acessível (adaptação das Agências para portadores de necessidades especiais); ▪ Treinamento em orientação financeira; ▪ Participa da Rede RS Criança; ▪ Banrisul no Colégio; ▪ Participa do Programa Estadual de Segurança Pública para o RS na Paz (Pronasci); ▪ Programa de Oportunidades e Direitos; ▪ Programa Professor Digital. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Arrecadação junto aos funcionários e clientes, e, doação de material escolar, sangue, agasalhos, cobertores, brinquedos, leite e alimentos; ▪ Campanhas de voluntariado; ▪ Projeto "Administrando suas Finanças"; ▪ Doação ao Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente; ▪ Patrocínio a 40 projetos sociais, ambientais, culturais, lazer, apresentações artísticas, etc.; ▪ Doações do BRB Solidário às instituições: Abrigo da Casa de Moisés, Abrigo Lar Sagrada Face de Jesus Cristo, escola inclusiva Maria Teixeira. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Natal da Cidadania Banese; ▪ Apoio financeiro, humano e material do banco a programas e projetos sociais que visem à transformação da realidade das comunidades carentes, como: Sociedade Protetora da Casa Maternal Amélia Leite, Casa Santa Zita, LICRE, IBEM, União Espírita Sergipana, APADA, IPAESE, CIRAS, Casa de Apoio Bom Samaritano, AMO, SAME, Asilo Rio Branco, INCA, Pastoral da Criança; ▪ Participa de Fóruns, Redes e Comitês que discutem as temáticas econômicas, sociais e ambientais, são eles: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, Rede Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos – REDESAP e Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida – COEP; ▪ Presente no Facebook, Twitter e Youtube.
Sociais: Para projetos culturais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coral Banrisul; ▪ Concertos Banrisul para a Juventude; ▪ Investe em projetos diversos por meio do Programa Nacional de Apoio à Cultura. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção ao III Sarau Cultural BRB; ▪ Patrocínio ao Festival de Brasília de Cinema Brasileiro; ▪ Patrocínio ao Intervalo Cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inauguração do Museu da Gente Sergipana; ▪ Apoio à comemoração dos festejos juninos dos municípios sergipanos; ▪ Apoio à prévia carnavalesca; ▪ Apoio à Orquestra Sinfônica do Estado de Sergipe; ▪ Apoio ao Festival Sergipano de Teatro; ▪ Apoio ao Projeto Renantique de Música Erudita; ▪ Apoio a produções literárias.
Sociais: Para projetos esportivos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Banrifitness (incentivar a prática de esportes entre colaboradores e seus familiares); ▪ Programa Banribike (funcionários do edifício-sede que usam a bicicleta como meio de transporte); ▪ Programa Criança no Esporte; ▪ Projeto Karatê Social – Além do Esporte. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa Vida Ativa; ▪ Incentivo à participação de eventos esportivos; Programa Vida Ativa Academia (incentivo à prática de atividades físicas); ▪ Realização de torneios esportivos pela Associação; ▪ Disponibilização de espaço para recreação de alunos de 19 escolas públicas do Distrito Federal e entorno. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Olimpíadas Banese; ▪ Apoio ao Programa Esporte para Todos; ▪ Apoio ao Campeonato Sergipano de Futebol séries A e A2; ▪ Apoio aos Jogos da Primavera.

Sociais: Junto ao corpo funcional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Treinamento em Libras; ▪ Programa de Doação de Sangue; ▪ Programa de Prevenção e Tratamento de Álcool e Drogas; ▪ Programa de Conservação Auditiva; ▪ Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; ▪ Programa de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento de Doenças Profissionais e Acidentes de Trabalho; ▪ Ginástica Laboral; ▪ Programa Atensão a Empregados em Situação de Estresse; ▪ Trabalho de Consciência Corporal; ▪ Projeto Sementes (sensibilizar para questões de sustentabilidade, como preservação, segurança alimentar e agrobiodiversidade); ▪ Lançamento do Fórum de Responsabilidade Social na intranet; ▪ Participação no Programa de Oportunidades e Direitos; ▪ Programa de Prevenção ao Câncer de Mama; ▪ Programa de Prevenção e Tratamento do Tabagismo; ▪ Campanha de Vacinação contra a Gripe; ▪ Capacitação e treinamento; ▪ Treinamento sobre o código de ética e "Postura, ética e conduta"; ▪ Benefício aquisição de remédios (compra de medicamentos com receita médica, 50% do valor é pago pelo banco); ▪ Pagamento de 4% de vale transporte (6% estabelecidos por lei); ▪ Auxílio Cesta Alimentação 46% a mais que o determinado pela Febraban; ▪ Avaliação geral de desempenho de funcionários (habilitados a ascensão na carreira); ▪ Programa de Gestão do Trabalho (buscadas novas alternativas de evolução); ▪ Treinamento em orientação financeira a ser direcionada. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Política de Voluntariado Empresarial; ▪ Incentivo à arrecadação e doação de material escolar, agasalhos, cobertores, brinquedos, leite e alimentos; ▪ Incentivo à doação de sangue; ▪ Incentivo à adoção de crianças no Natal; ▪ Projeto "Administrando suas Finanças"; ▪ Capacitação para atendimento a portadores de necessidades especiais; ▪ Capacitação, treinamento, atualização profissional e palestras; ▪ Concessão de bolsas estudo e auxílio instrução; ▪ Programa de avaliação de atuação profissional; ▪ Ginástica laboral; ▪ Melhorias nas condições de segurança, saúde, bem estar e qualidade de vida; ▪ Programa de controle médico e saúde ocupacional; ▪ Programa Viver para Valer - Cuidando da Saúde; ▪ Programa de Qualidade de Vida; ▪ Campanha de vacinação contra a gripe; ▪ Semana interna de prevenção de acidentes; ▪ Treinamento de funcionários que serão os representantes de sustentabilidade em suas unidades. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fale com a Agesp (canal de atendimento); ▪ Realização das olimpíadas Banese; ▪ Incentiva à participação em eventos desportivos; ▪ Incentiva o envolvimento em projetos sociais e ambientais; ▪ Dia do Banese sem carro; ▪ Programa de Capacitação Profissional; ▪ Programa de Incentivo à Formação Profissional; ▪ Programa de Incentivo à Atividade Física; ▪ Programa de Qualidade de Vida; ▪ Programa de Estágios; ▪ Programa Menor Aprendiz; ▪ Programa de Incentivo a Atividade Física.
Sociais: Junto aos clientes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adoção de uma política de comunicação transparente; ▪ Participação em fóruns, comitês, grupos de trabalho e apoio a projetos; ▪ Expansão de seus canais de atendimento; ▪ Melhoria na qualidade do atendimento. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação do desempenho do serviço do SAC; ▪ Atendimento a clientes com deficiência auditiva e de fala através do SAC; ▪ Adequação física para maior acessibilidade dos clientes; ▪ Disponibiliza teleatendimento especial; ▪ Adequação do Banknet e implantação de recursos de voz para portadores de necessidades especiais; ▪ Ministra aulas de educação financeira. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modificação do website, callcenter e Agências para atender os portadores de necessidades especiais; ▪ 100% das agências equipadas com caixas eletrônicos adaptados aos portadores de deficiência física.
Sociais: Junto a fornecedores e stakeholders	<ul style="list-style-type: none"> ▪ São exigidas das empresas contratadas para fornecimento de cheques, envelopes e cartões de débito as certificações Selo do Conselho de Manejo Florestal (FSC), ISO 9000 e ISO 14001; ▪ São inseridas nos contratos cláusulas sobre a não utilização de trabalho escravo ou infantil; ▪ Fiscaliza o cumprimento das cláusulas contratuais e exige das empresas prestadoras de serviços 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto Relacionamento de Valor (os fornecedores devem aderir aos nove princípios de responsabilidade estabelecidos pelo banco, devendo assinar Termo Voluntário de Compromisso). 	-

	<p>toda a documentação relativa ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.</p>
Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cartão Verde Card (cartão de crédito fabricado com 100% de plástico PET reciclado); ▪ Programa Banrisul resgatando a natureza; ▪ Programa Reciclar – A vida em nossas mãos (coleta, correta destinação de resíduos e reciclagem em suas unidades, e, conscientização ambiental); ▪ Coletor de pilhas; ▪ Rede Reciclar; ▪ Contracheque Verde; ▪ Projeto Gestão de Despesas; ▪ Descarte de Equipamentos; ▪ Reutilização de materiais de programação visual externa e mobiliário; ▪ Programa Banribike; ▪ Projeto Energético; ▪ Campanhas internas e externas sobre uso racional de energia; ▪ Inovação na adoção do Free Cooling que reduz a necessidade de uso de ar condicionado usando o ar externo frio; ▪ Iniciativas para redução do consumo de água em seus prédios; ▪ Ações de controle, monitoramento, revisão, modificação de equipamentos e conscientização dos colaboradores; ▪ Exigências Socioambientais na análise do cliente que solicita financiamento; ▪ Monitora e fiscaliza os empreendimentos financiados; ▪ Obedece à legislação federal e estadual que condicionam a aprovação de financiamentos a projetos ambientalmente regulares; ▪ Elabora o relatório de sustentabilidade (GRI). <ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto para redução do consumo de papel; ▪ Lançamento de desafio para os postos de atendimento para que empreendam ações em sustentabilidade; ▪ Adesão à iniciativa da WWF (apagar as luzes); ▪ Difusão das práticas ambientais na instituição; ▪ Promoção de gincanas eletrônicas com perguntas sobre gestão ambiental e responsabilidade socioempresarial; ▪ Implantação de projetos piloto de coleta seletiva de resíduos sólidos; ▪ Campanha de uso consciente de recursos naturais; ▪ Redução da utilização de copos descartáveis, substituindo-os por canecas; ▪ Elabora o Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade; ▪ Incentiva a conscientização ambiental. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto Cartucho Vazio Enchente de Alegria; ▪ Projeto Junte Papel e Distribua Alegria; ▪ Projeto Pet Reciclado, Alegria Renovada; ▪ Programa de Redução do Consumo de Energia; ▪ Projeto de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED; ▪ Modernização do parque de computadores, com modelos mais eficientes e com baixo consumo de energia; ▪ Promoveu a campanha Verde Banese através de mídias sociais com a doação de 1,2 mil árvores a cidade de Aracaju; ▪ Dia do Banese sem carro, para redução da emissão de GEE.

Fonte: Banrisul (2012), Banese (2012), BRB (2012).

APÊNDICE III. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE BANESTES E BANPARÁ EM 2011

Práticas	Banestes	Banpará
Econômicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contratação do INDG para melhorar o índice de eficiência; ▪ Adoção da NBR 15999 – Gestão da Continuidade de Negócios. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contratação do INDG para melhorar o índice de eficiência; ▪ Disponibilização de novos produtos e serviços a Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas; ▪ Implantação de novas agências e pontos de atendimento bancário.
Sociais: Para a sociedade em geral	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Patrocínio a instituições de promoção social: Associação Capixaba de Combate ao Câncer Infantil – ACACCI, Ação Comunitária do Espírito Santo – ACES, Fundação ABRINQ, Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida – COEP, etc.; ▪ Presente no Facebook, Youtube e Twitter. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parceria com a Associação Paraense de Portadores de Deficiência – APPD; ▪ Instalação de novas unidades buscando atender aquelas localidades que não tem serviços bancários; ▪ Apoio financeiro à Casa do Menino Jesus II; ▪ Projeto Casa do Menino Jesus 10 anos (reforma); ▪ Doação do papel coletado na instituição a entidades beneficentes; ▪ Apoio ao Programa de Inclusão Digital – INFOCENTROS.
Sociais: Para projetos culturais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Circuito Banescard de Teatro; ▪ Investe em projetos diversos por meio do Programa Nacional de Apoio à Cultura. 	-
Sociais: Para projetos esportivos	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Patrocínio aos clubes de futebol paraense.
Sociais: Junto ao corpo funcional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto Querer Aprender; ▪ Programa Autodesenvolvimento; ▪ Projeto Carreira e Sucessão; ▪ Programa Salto. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conscientização para a segurança nos ambientes digitais; ▪ Treinamentos para aperfeiçoamento profissional e desenvolvimento de competências; ▪ Capacitação a todos os novos funcionários; ▪ Programa de Desenvolvimento Educacional – PDEB (cursos de graduação e pós-graduação aos funcionários, subsidiando o pagamento das mensalidades); ▪ Investimentos em modernização da segurança bancária; ▪ Banco de Expectativa de Movimentação – BEM (facilita a permuta entre unidades); ▪ Campanhas de vacinação;
Sociais: Junto aos clientes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modificação do website, callcenter e Agências para atender os portadores de necessidades especiais; ▪ Projeto de Cidadania Financeira Banestes (conscientização sobre orçamento pessoal e familiar). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Expansão de sua rede de atendimento; ▪ Retomada das operações de crédito com PJ; ▪ Disponibilização de novos produtos e serviços a PF e PJ; ▪ Modernização dos canais eletrônicos; ▪ investimentos em modernização da segurança bancária.
Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desestímulo a impressão; ▪ Estímulo à impressão nos dois lados do papel; ▪ Reciclagem de lonas publicitárias. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa Ambiente Amigo (coleta seletiva de papel, reduzir o consumo de recursos naturais - energia e água, ações de conscientização ambiental); ▪ Campanha Consumo Responsável para redução do consumo de energia elétrica; ▪ Programa Adote uma Caneca para redução do consumo de copos plásticos

Fonte: Banestes (2012), Banpará (2012).